

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	11
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	12
3.7 - Nível de Endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras Informações Relevantes	15

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	16
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	20
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	23
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	25
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	26
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	27
4.7 - Outras Contingências Relevantes	29

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	30
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	31
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	32
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	34
5.4 - Programa de Integridade	35
5.5 - Alterações significativas	36
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	37
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	38
6.3 - Breve Histórico	39
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	44
6.6 - Outras Informações Relevantes	45
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	46
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	47
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	48
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	49
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	64
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	65
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	72
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	73
7.8 - Políticas Socioambientais	74
7.9 - Outras Informações Relevantes	75
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	76
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	77

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	78
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	79
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	80
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	82
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	83
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	85
9.2 - Outras Informações Relevantes	87
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	88
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	102
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	106
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	107
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	108
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	122
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	123
10.8 - Plano de Negócios	124
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	126
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	127
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	128
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	129
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	134
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	137
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	138

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	139
12.7/8 - Composição Dos Comitês	145
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	146
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	147
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	152
12.12 - Outras informações relevantes	153

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	154
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	156
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	159
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	160
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	161
13.6 - Opções em Aberto	162
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	163
13.8 - Precificação Das Ações/opções	164
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	165
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	166
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	167
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	169
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	170
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	171
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	172
13.16 - Outras Informações Relevantes	173

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	174
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	175
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	176
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	178
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	179
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	180
15.3 - Distribuição de Capital	181
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	182
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	183
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	190
15.7 - Principais Operações Societárias	191
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	192
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	193
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	194
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	196
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	197
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	198
17.2 - Aumentos do Capital Social	199
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	200
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	201
17.5 - Outras Informações Relevantes	202
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	203

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	204
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	208
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	209
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	210
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	212
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	213
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	214
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	215
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	216
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	217
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	218
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	219
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	221
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	222
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	223
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	224
20.2 - Outras Informações Relevantes	225
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	226
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	227
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	228
21.4 - Outras Informações Relevantes	229

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Mauro do Valle Pereira

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

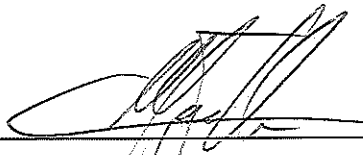
Ronei Gomes

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira, brasileiro, casado, CPF nº 376.466.139-91, e Carteira de Identidade nº 3.879.178-1 , expedida por SSP/SC, com endereço na Rua Almirante Lamego, nº1090, Centro na cidade de Florianópolis, SC; na qualidade de Diretor Presidente da **PBG S/A**. (“Companhia”), vem nos termos do anexo 24 da Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009, declara que:

- a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b) Todas as informações contidas no Formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



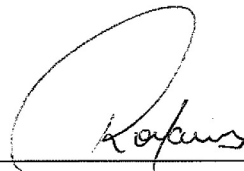
Mauro do Valle Pereira
Diretor Presidente

Portobello Grupo

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Ronei Gomes, brasileiro, casado, CPF nº 691.383.119-68, e Carteira de Identidade nº 2.224.580, expedida por SSP/SC, com endereço rua Pensilvânia, 114, apartamento 292, Brooklin, São Paulo/SP; na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **PBG S/A**. ("Companhia"), vem nos termos do anexo 24 da Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009, declara que:

- a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b) Todas as informações contidas no Formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Ronei Gomes

Diretor de relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade; revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorários, da pelos serviços de auditoria prestados será de R\$ 260 mil.
Justificativa da substituição	Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14 de fevereiro de 2019, foi aprovada a contratação pela Companhia, a da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes para a prestação do serviço de auditoria independente a partir do exercício social de 2019, em substituição a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A referida troca deve-se a redução de custos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não possui discordância

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	01/01/2019	174.820.538-24	AV FRANCISCO MATARAZZO, 1400, 9-10º, 13-17º AND.ÁG. AGUA BRANCA, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-100, Telefone (11) 36743901, Fax (11) 36742030, e-mail: calf.brasil@br.pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	362.107.932,04	285.046.623,71	238.458.937,51
Ativo Total	1.622.155.077,00	1.252.008.576,76	1.237.360.147,30
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.054.189.964,00	1.023.937.371,66	1.016.400.125,71
Resultado Bruto	405.600.241,00	417.019.518,31	363.201.708,56
Resultado Líquido	134.281.806,49	64.169.057,43	2.142.594,30
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	158.488.517	158.488.517	158.488.517
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,284758	1,798532	1,504512
Resultado Básico por Ação	0,847265	0,404670	0,013410

3.2 - Medições Não Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	EBITDA		
	2018	2017	2016
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	134.312	64.170	2.142
Resultado financeiro	48.091	68.014	81.695
Depreciação, amortização e exaustão	43.609	40.011	39.504
Imposto de renda e contribuição social	62.002	16.822	(8.029)
(=) EBITDA	288.014	189.017	115.312
% da Receita Líquida	15,7%	18,5%	11,3,7%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA (*“earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”* ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, aferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas. O EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

a) Redução de capital

Não houve redução de capital nos últimos três exercícios sociais.

b) Aumento de capital

Em 02 de Abril de 2019 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões reais), exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76, portanto o capital social passará de R\$ 140.000.000,00 (centro e quarenta milhões de reais) para R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

c) Proteção de Aquisição de Ações

Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia na redação do artigo 44, a redução do percentual da Cláusula de Proteção de Aquisição de Ações, passando de 30%(trinta por cento) para 20%(vinte por cento).

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Exercício Social encerrado em:	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.</p>		
Valores das retenções de lucros	R\$ 235.960	R\$ 143.998	R\$ 121.129
b) Regras sobre a distribuição de dividendos:	<p>Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alínea d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O Estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade da Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório</p>		
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	R\$ 31.892	R\$ 30.464	R\$ 505
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou	Não há.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	31.891.929,04	60.928.896,45	2.019.369,71
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	0,500000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	33,950000	0,193100	0,890000
Dividendo distribuído total	31.891.929,04	30.464.448,23	504.785,93
Lucro líquido retido	95.675.787,12	23.671.232,24	0,00
Data da aprovação da retenção	02/04/2019	30/04/2018	28/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	6.893.267,86	29/08/2018	9.615.189,99	18/08/2017	504.785,93	01/06/2017
Ordinária	11.837.578,83	30/04/2019				
Ordinária			4.030.626,70	25/05/2018		
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	2.992.596,02	29/05/2018	16.818.631,54	25/05/2018		
Ordinária	12.715.723,91	30/04/2019				

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não houve declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	1.260.034.662,36	Índice de Endividamento	5,43460000	
	0,00	Outros índices	1,64000000	O segundo índice é obtido a partir da divisão da dívida líquida pelo EBITDA. A dívida líquida é composta pelos empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários. A abertura em dois índices com e sem a dívida dos parcelamentos tributários, é elucidativa devido ao prazo muito mais longo de amortização das últimas, em sua maior parte, superior a cinco anos, chegando até quinze anos, comparado com o prazo da dívida bancária, que em sua maior parte é inferior a três anos.
	0,00	Outros índices	1,40000000	São apresentados dois novos índices, o primeiro é apurado através da divisão da dívida bancária líquida em 31 de dezembro de 2018 pelo EBITDA do exercício. A dívida bancária líquida corresponde ao saldo dos empréstimos e financiamentos (incluindo saldo de financiamentos de longo prazo de fornecedores de máquinas e equipamentos) deduzidos das disponibilidades e títulos e valores mobiliários

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		32.303.981,05	207.434.699,63	166.944.901,96	14.670.614,80	421.354.197,44
Empréstimo	Garantia Flutuante		55.317.511,70	86.580.523,40	0,00	0,00	141.898.035,10
Empréstimo	Quirografárias		14.191.720,14	13.924.026,95	4.268.708,39	0,00	32.384.455,48
Títulos de dívida	Quirografárias		504.646.500,90	87.922.622,34	36.396.228,80	35.392.622,34	664.357.974,38
Total			606.459.713,79	395.861.872,32	207.609.839,15	50.063.237,14	1.259.994.662,40

Observação

Definição das garantias (conceito):

Deve-se considerar para classificação da dívida a onerosidade da garantia perante o emissor e não perante terceiros.

Garantia real: é onde o próprio devedor, ou alguém por ele, destina todo ou parte do seu patrimônio para assegurar o cumprimento da obrigação contraída. São aquelas representadas por bens do ativo da instituição emitente dos títulos; esses bens devem ficar gravados (vinculados) para essa finalidade garantir o resgate dos títulos.

Dívida quirografária: Dívida não garantida por direito real, desprovida de privilégio creditório ou direito de preferência. Neste caso também devem consideradas dívidas quirografárias as dívidas garantidas com bens de terceiros e aquelas sem garantia real ou fluante.

Garantias flutuantes: São aquelas representadas por bens do ativo da instituição, porém com a possibilidade de rotatividade dessas garantias, que podem ser substituídas por outras no decorrer do prazo de vigência do título.

3.9 - Outras Informações Relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Com relação à Companhia:

- Risco na execução da estratégia de crescimento

Vários fatores podem interferir na execução dessa estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas:

- Aumento da inflação, taxas de juros, taxas de câmbio;
- Variação nos níveis de renda e emprego;
- Políticas fiscais;
- Impactos na economia brasileira;
- Disponibilidade de mão de obra qualificada;

- Riscos associados a possíveis perdas nos processos judiciais

Atualmente a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais, conforme detalhados no item 4.3. Caso haja decisões desfavoráveis e/ou caso as perdas sejam significativamente superiores aos montantes provisionados, existe o risco de impacto no resultado e na condição financeira da Companhia.

- Falhas nos sistemas de tecnologia de informação

As operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas da tecnologia de informação, para o registro das vendas, apoio na geração de relatórios financeiros, ferramentas da web, controle de custos e estoques, contas a pagar e contas a receber, entre outros. Possíveis falhas na execução desses sistemas poderá afetar as operações e o desempenho da Companhia de forma adversa.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em abril de 2011 um acordo de acionistas com cerca de 60% do capital votante, com validade de trinta anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à pequena liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deve ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2018, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 97.941 (R\$ 94.651 em 31 de dezembro de 2017) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06, 07 e 08 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia:

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados;

Utilização do gás natural, principal combustível para a produção de cerâmica, atualmente oriundo da Bolívia, e a alternativa energética seria o GLP, de custo mais alto;

Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários players do segmento, o que significa que a competitividade relativa da Companhia é preservada. Atualmente, a composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2018		2017		2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumos - Nacionais	308.182	48,32%	307.852	50,72%	254.369	38,94%
Insumos - Outsourcing	41.205	6,46%	53.843	8,87%	137.825	21,10%
Energia / Gás Natural	128.249	20,11%	96.513	15,90%	115.224	17,64%
Mão de obra	129.191	20,25%	120.142	19,80%	106.275	16,27%
Depreciação e Amortização	31.013	4,86%	28.566	4,71%	39.504	6,05%
Total	637.841	100,00%	606.917	100,00%	653.197	100,00%

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de crédito a seus clientes. Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, o resultado da Companhia poderá ser afetado.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

O consumo de produtos cerâmicos está intimamente ligado ao desempenho do setor imobiliário, que depende de disponibilidade de crédito aos consumidores e construtores. Em caso de haver deterioração

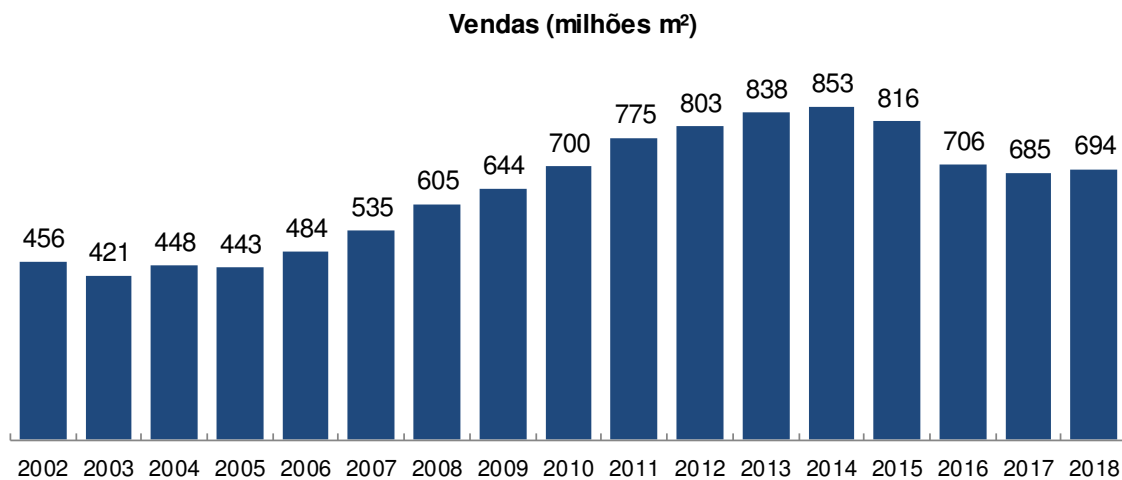
4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia.

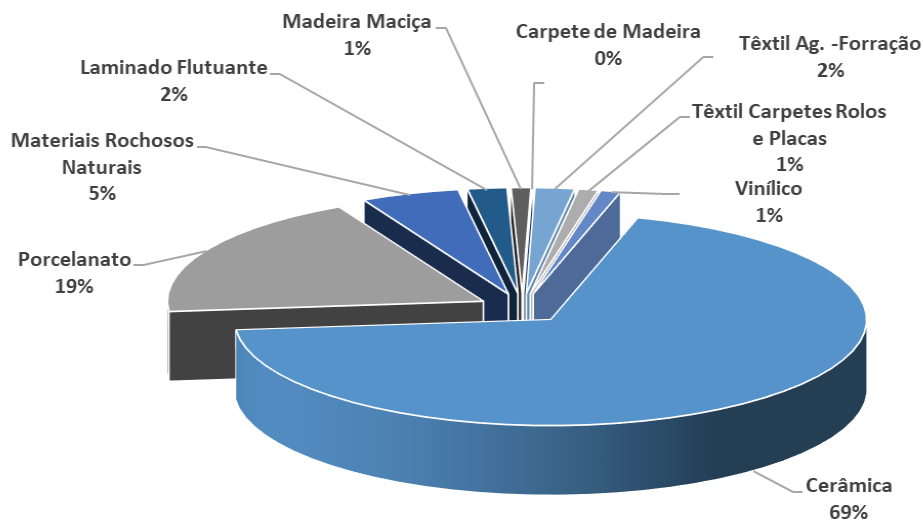
Conforme pesquisa Sondagem da Construção Civil, em março 2018 apresenta uma atividade da indústria da construção em desaceleração, porém o recuo está cada vez menos intenso. Os índices mostram debilitados, porém melhor que o ano anterior. Os empresários acreditam na retomada do setor, onde o índice de investimento cresceu, o que pode contribuir para uma recuperação mais intensa do setor.

As condições da economia, do mercado imobiliário, e os ciclos da indústria de construção são influenciados por: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional (iii) confiança e demanda do consumidor (iv) crescimento da renda; (v) taxa de juros; (vi) inflação; e (vii) disponibilidade de financiamento; entre outros fatores que podem provocar volatilidade na demanda.



Chama ainda a atenção o fato de que, no total das vendas de revestimentos, as tipologias predominantes são a cerâmica e o porcelanato, segundo estatísticas da Abiplar de 2018 e que são os principais produtos industrializados e comercializados pela Portobello:

Consumo: Cerâmica + Porcelanato = 88% do consumo interno de revestimentos para pisos.



4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A carga tributária sobre os produtos cerâmicos, como exemplo o IPI que teve a redução dos percentuais das alíquotas incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado, cujo risco seria um aumento repentino das alíquotas, influenciando diretamente as vendas da Companhia.

A regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pode afetar o suprimento de matérias primas;

Regulamentação do meio ambiente – cujo risco é diminuído pela postura proativa da empresa que, desde sua fundação, buscou antecipar-se às exigências legais. Por este motivo, a Companhia já alcançou a marca de 99,79% de reaproveitamento dos resíduos sólidos gerados na produção.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua:

Os riscos são pequenos, difusos e diversificados, uma vez que a Companhia atualmente tem pequena parcela de seu negócio (cerca de 17,5%) dependente do mercado externo e suas exportações não são concentradas, estando direcionadas para muitos países.

j) Com relação às questões socioambientais:

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente devido à falta de abastecimento de gás natural, por ocasião de enchentes ou outros eventos naturais que possam causar danos do gasoduto que abastece o Estado de Santa Catarina.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, também descritos no item 4.1 (e) a (i).

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euro. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras e exportação) há mais diluição dos riscos de mercado do que os demais concorrentes do setor cerâmico brasileiro. Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (de 5%, mas atualmente com alíquota zero para o setor, por prazo indeterminado), PIS e COFINS.

i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

É demonstrada a seguir a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:

	31 de dezembro de 2018	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	(1.292)	Alta CDI	6,40%	(83)	8,00%	(103)	9,60%	(124)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(133.743)	Alta CDI	6,40%	(8.560)	8,00%	(10.699)	9,60%	(12.839)
Debêntures	(295.619)	Alta CDI	6,40%	(23.650)	8,00%	(24.100)	9,60%	(28.379)
	<u>(430.654)</u>			<u>(32.293)</u>		<u>(34.902)</u>		<u>(41.342)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	<u>(64.367)</u>	Alta Selic	6,50%	(4.184)	8,13%	(5.230)	9,75%	(6.276)

ii) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2018	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	51.214	3,850	(328)	4,813	12.804	5,775	25.607
Conta corrente	5.470	3,850	(35)	4,813	1.368	5,775	2.735
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(15.689)	3,850	100	4,813	(3.922)	5,775	(7.845)
Fornecedores de investimento	(8.793)	3,850	56	4,813	(2.198)	5,775	(4.397)
Empréstimos e financiamentos	(59.151)	3,850	379	4,813	(14.788)	5,775	(29.576)
(-) Contrato de Swap	23.706	3,850	(152)	4,813	5.927	5,775	11.853
Exposição líquida	<u>(3.243)</u>		<u>20</u>		<u>(809)</u>		<u>(1.623)</u>

iii) Risco de mercado, crédito e liquidez

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia e suas controladas mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	101.721	-	170.830	10.793	146.051	351	114.569	14.126
Entre um e dois anos	308.134	-	101.268	22.068	253.677	-	78.496	21.478
Entre dois e cinco anos	182.125	-	-	31.506	102.778	-	-	32.217
Acima de cinco anos	3.657	-	-	-	14.836	-	-	8.953
	<u>595.637</u>	<u>-</u>	<u>272.098</u>	<u>64.367</u>	<u>517.342</u>	<u>351</u>	<u>193.065</u>	<u>76.774</u>

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida, no entanto, é prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e ao acompanhamento do cenário macroeconômico, ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário, de forma a minimizar o efeito sobre os seus negócios de forma adversa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 161 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 93 são processos administrativos e 68 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto.

(ii) Processos Trabalhistas

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015

Juízo	15ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	Vara do Trabalho – Liquidação de sentença
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: J. M. F. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 7.304.538,95

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2018.

Processo nº 02630-2005-045-12-00-7

Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú (SC)
Instância	1ª Grau (Execução)
Data de instauração	12/05/2005
Partes no processo	Autor: Valmir Alexandre Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – IMPROCEDENTE 2ª Grau - Acórdão TRT 12ª Região - DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para afastar a prescrição bienal declarada pelo Juízo a quo; condenar a ré no pagamento de: a) indenização por danos morais e estéticos ao autor no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), já atualizados até esta data; b) pensão mensal ao autor, no importe de R\$ 266,50 mensais (20% do valor do último salário do obreiro), a ser paga desde 22 de maio de 1982 (data do acidente) até a data em que completar o autor 75 anos de idade (nos limites da inicial) ou até a data de seu falecimento, o que primeiro sobrevier, acrescida de gratificação natalina e 1/3 de férias, respeitadas os reajustes da categoria desde então, sendo as parcelas vencidas pagas de uma só vez; c) com fulcro no art. 475-Q do CPC, a constituir capital cuja renda garanta o pagamento do valor das prestações da pensão mensal; d) deferir ao autor os benefícios da justiça gratuita. Determinar: 1) sejam os juros sobre a indenização por danos morais e estéticos aplicados a partir do ajuizamento da ação, como determina o § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177/91; 2) pensão mensal corrigida a partir da época própria, conforme determina a Súmula n.º 381 do Egrégio TST; 3) seja o valor da indenização por danos morais e estéticos corrigido a partir da data da publicação do acórdão. Arbitrar o valor provisório à condenação em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 748.609,05

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2018.

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015

Juízo	4ª Vara do Trabalho de Cuiabá (MT)
-------	------------------------------------

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Instância	1ª Grau (Execução)
Data de instauração	15/02/2007
Partes no processo	Autor: Gilberto Luiz Sliwinski Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	1ª Grau – IMPROCEDENTE 2ª Grau - Acórdão TRT 5ª Região - DECIDIU a 1ª Turma de Julgamento do eg. Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Terceira Região, por unanimidade, conhecer do recurso ordinário, bem assim das contrarrazões e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a reclamada revel e confessa em razão de a preposta não ser empregada e, perpassando a análise dos pedidos insertos na inicial (art. 515, § 3º, do CPC), reconhecer a existência de vínculo empregatícios entre as partes para deferir ao recorrente verbas rescisórias e indenizatórias, nos termos do voto do Juiz Relator. Custas a cargo da recorrida no importe de R\$ 1.000,00 sobre R\$ 50.000, valor provisoriamente atribuído à condenação.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 303.841.88

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2018.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 414 ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2018.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não se aplica, tendo em vista que os administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não são partes de processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 161 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 93 são processos administrativos e 68 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto, conforme descrito no item 4.3 (i).

a) ATIVOS TRIBUTÁRIOS POSSÍVEIS

-Exclusão do ICMS da base de calculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de calculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de calculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Fazenda Nacional recorreu desta decisão. Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado, portanto, esgotaram as possibilidades de recurso contra a decisão judicial. Desta forma, não se admite mais a revisão da determinação do tribunal e também a interposição de novos recursos. A Companhia, em 14 de agosto de 2018 ingressou junto à Receita Federal com pedido de Habilitação de Crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado a fim de que possa utilizar os créditos apurados entre novembro de 2009 a outubro de 2014, tendo obtido decisão administrativa para autorizar a habilitação e, por consequência, dar início as compensações. O montante até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 59.381.

-Polo Ativo

O ativo tributário refere-se ao reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". Apresentada manifestação da Fazenda Nacional que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056. Em setembro de 2018, o valor da execução foi homologado pelo juízo da 6ª Vara Federal de Brasília. O valor foi apurado em R\$ 220.260, base novembro de 2018.

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 326 reclamações trabalhistas, que versam sobre insalubridade, movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 414 ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não se aplica, dado que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia está em fase de andamento de sua política de gerenciamento de risco, a qual terá o objetivo de estabelecer, atualizar e unificar os conceitos e as diretrizes gerais do processo, identificando, avaliando e monitorando de forma ativa todos os riscos conhecidos e inerentes ao seu modelo de negócios, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos órgãos da administração ou departamentos da companhia.

Enquanto a política citada não entra em vigor, a Companhia gerencia os riscos através de uma estrutura organizacional que envolve as áreas de Auditoria Interna, Jurídico, Financeiro, Diretoria e Conselho de Administração, que se utilizam de instrumentos que auxiliam na gestão de riscos:

- Políticas Internas que definem ações e estratégias sólidas para a condução dos negócios;
- Comitês constituídos e responsáveis pela manutenção das políticas e eventuais desvios em relação as diretrizes estabelecidas;
- Código de Conduta, que objetiva estabelecer os princípios éticos e normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas da companhia;
- Código de Conduta de Fornecedores, que unifica o entendimento sobre as diretrizes que norteiam os negócios realizados pela companhia e por seus fornecedores;
- Contratação de apólices de seguros, incluindo cláusula de lucros cessantes, visando a transferência de parcela dos riscos à terceiros;
- Auditorias contínuas implantadas objetivando o monitoramento de processos chaves da organização;

Vale destacar que a Companhia atua seguindo as demais políticas vigentes que norteiam seus negócios e minimizam sua exposição a riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Riscos para os quais se busca proteção:

Risco cambial: A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, dispondo, portanto, de “*hedge*” natural em seu fluxo de caixa.

Risco de taxa de juros: é decorrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito: A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites periodicamente.

Risco patrimonial: A Companhia possui apólices de seguros visando cobrir eventuais sinistros, nas modalidades de Responsabilidade Civil Geral para danos nas instalações do parque fabril, Responsabilidade Civil para Administradores para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores.

b) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia realiza controle periódico do fluxo de caixa e orçamento, monitorando os saldos para os períodos futuros, alinhando as diretrizes e corrigindo-as conforme as necessidades de caixa, visando sempre as melhores condições de captação para não onerar os resultados da Companhia. Busca também eliminar os riscos com a inadimplência monitorando a carteira de clientes e ajustando sempre que necessário os processos de crédito e cobrança.

Todos os indicadores acompanhados são definidos no Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

A operação de novas operações financeiras, o limite de alçada para a diretoria é de R\$ 24,7 milhões.

Referente a operacionalização de crédito e cobrança, a Companhia dispõe de um ERP com parâmetros de segurança onde todos os clientes são avaliados, inclusive com consultas de mercado, onde são atribuídos limites de crédito e aprovação por alçada.

c) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não tem por prática operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

d) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estratégia de monitoramento de riscos tem sido conduzida principalmente pela área financeira da Companhia, atendendo a diretriz de exposição cambial, citada no item “a” deste.

e) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todas as decisões relativas às operações que envolvam algum risco para a Companhia são avaliadas e aprovadas antecipadamente pela Administração, e o gerenciamento dos riscos é um processo contínuo

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

dentro da Companhia, que são geridos principalmente pela área financeira, conforme mencionado no item “4”.

A Companhia possui normas internas para o cumprimento desses processos, e dispõe de um ERP parametrizado para garantir que a sua estrutura operacional seja suficiente e atenda as necessidades de gestão. Também conta com o plano de auditoria interna contratada, visando mitigar os riscos inerentes à operação.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

Buscando sempre qualidade nos processos, a Companhia em contratou uma equipe de auditoria interna para aperfeiçoar esses controles.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria e Conselho de Administração internamente e Auditoria Externa.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento dos controles internos é feito pelo departamento de controladoria, direcionando as melhorias as áreas envolvidas, sempre com a supervisão da diretoria.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Monitoramento relacionado a refaturamento de vendas - Recomendação que a Administração realize aprimoramentos sistêmicos, a fim de vincular cruzamento de informações através do número da nota fiscal.

Elaboração e revisão da performance gerencial - Recomendação que sejam formalizados os procedimentos de preparação e revisão da performance financeira, que os principais inputs das informações realizadas sejam conciliados com os registros contábeis.

Calculo do custo - Recomendação para descentralização do conhecimento no que tange a atividade pode comprometer o processo de fechamento a ser executado na ausência desse profissional.

Melhorias nos controles de conciliações.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada

Os Diretores da Companhia acreditam que os processos adotados são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras. Embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, as correções e melhorias já estão sendo aplicadas, buscando mitigar essas deficiências e deixar os processos mais eficazes. As equipes estão passando por reestruturação de modo que seja viável a aplicabilidade do novo modelo de controle.

5.4 - Programa de Integridade

Não se aplica, pois todos os fatores já foram comentados acima.

5.5 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve Histórico

Portobello, **atual PBG S.A** empresa de capital aberto, integrante do Novo Mercado Bovespa desde 2008, foi constituída em 22 de dezembro de 1977 e iniciou suas atividades produtivas em 1979.

Os diferenciais da marca Portobello são:

O Design e a Inovação – que compõem seu DNA e impulsionam o desenvolvimento constante de novas e melhores soluções para produtos e para o negócio.

A Logística – que permite uma distribuição eficiente e diferenciada nos diferentes canais de distribuição da empresa, com foco no varejo.

O Relacionamento com os Arquitetos – profissional que transforma os produtos da marca em ambientes concretos e com quem a marca mantém uma troca virtuosa para o desenvolvimento do negócio Portobello e para o aprimoramento da atividade profissional do arquiteto.

A Distribuição Multicanal – que amplia a competitividade da marca e permite o equilíbrio entre os diversos segmentos em contextos de instabilidade do mercado.

A Confiabilidade nas Relações – importante para a visão de longo prazo no relacionamento com os diferentes stakeholders.

A Marca Portobello – que representa e comunica todo o valor intangível do negócio.

Linha do tempo

1979	Início das atividades
1981	Início das exportações
1984	Lançamento da linha carga pesada
1987	Ampliação do parque fabril, atingindo 1 milhão de m ² /mês
1991	Produção de revestimento externo (mosaico)
1992	Primeira empresa a comercializar no Brasil o porcelanato italiano, dando início ao programa de outsourcing.
1994	Certificação de qualidade ISO.
1996	Instalação do polimento de porcelanato.
1998	Rede das franquias Portobello Shop.
2000	Utilização de gás natural.
2001	Produção de porcelanato.
2005	Exportação atinge 60% das vendas.
2008	Adesão ao Novo Mercado. Expansão do parque fabril. Cem lojas Portobello Shop.
2010	Produção do extra fino e forte incremento em outsourcing.
2011	Produção com tecnologia de impressão digital (Inkjet).

6.3 - Breve Histórico

-
- Marketing digital Portobello – Equipe adota iPad como padrão e são lançados pioneira e inovadoramente aplicativos para tablets.
- 2012** A Portobello transforma-se na maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul. A Portobello consolida-se como a maior rede de lojas especializadas de revestimentos cerâmicos do Brasil, com 110 lojas.
- 2013** Portobello lança sua campanha publicitária “Até o básico é único”.
Instalação da nova Fábrica de Porcelanato Grandes Formatos.
Lançamento Pedra Fundamental Fabrica Nordeste.
- 2014** Abertura centros de distribuição
- 2015** Início das operações Fábrica do Nordeste -Lançamento da marca Pointer com inauguração da nova fábrica em Alagoas.
Consolidação Portobello Grupo
- 2016** Relatório de Sustentabilidade Padrão Global Reporting Initiative – GRI
Início do projeto Oficina Portobello
Lançamento Coleção Portobello: Arquitetura em Movimento. In and Out.
Projeto Loja Padrão Green Building LEED
- 2017** Lançamento Coleção Pointer: Morada Brasileira – Raízes, com participação de Marcelo Rosenbaum.
Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SC.
- 2018** Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SP, PR e RS
Lançamento dos grandes formatos 120x120 e 80x160 porcelanato esmaltado e aumento de capacidade dos produtos beneficiados.
A unidade de Maceio (Pointer) inicia a produção de produtos retificados e cortados.

Localização

A estrutura de abastecimento da companhia conta com dois parques fabris e Outsourcing nacional e internacional.

O principal parque fabril localiza-se em Tijucas (SC), próximo ao seu principal mercado, à portos importantes e às principais rotas rodoviárias nacionais e internacionais.

O parque fabril do nordeste está localizado na cidade de Marechal Deodoro (AL), próximo ao seu principal mercado consumidor e ao porto do Recife.

Estrutura do Parque Fabril

O parque fabril de Tijucas/ SC é um dos maiores e mais importantes parques para produção de porcelanato, com capacidade anual produtiva na ordem de 30 milhões de m², incluindo também as tipologias de revestimento para fachadas, monoporosa para paredes e acessórios para personalização.

O parque fabril de Marechal Deodoro/ AL – Marca Pointer – têm tecnologia produtiva denominada “Massa a Seco” para produção de cerâmica, com capacidade produtiva anual na ordem de 15 milhões de m².

6.3 - Breve Histórico

Evolução da atividade industrial

As atividades de produção iniciaram-se em junho de 1979, quando entrou em operação o primeiro forno com capacidade de 65.000 m² por mês. Ao longo dos três anos seguintes, entraram em operação mais três fornos com capacidade de 235.000 m² por mês, concluindo em maio de 1982 a instalação da unidade fabril I, com capacidade total de 300.000 m² por mês. A Companhia numera as unidades fabris com o intuito de permitir uma avaliação distinta de cada uma, embora todas façam parte do mesmo parque fabril, situado na cidade de Tijucas – SC.

No ano de 1985 foi iniciado o processo de expansão industrial, com a montagem da Fábrica II, dividida em duas etapas: a primeira foi concluída em agosto de 1987, com três fornos com capacidade instalada de 300.000 m² por mês; a segunda foi concluída em novembro de 1988 e adicionou 400.000 m² por mês, também com três fornos, atingindo a capacidade total de 1.000.000 m² por mês.

Em 1990 foi feita a primeira intervenção que não visava apenas elevar a capacidade de produção. Por meio da substituição dos equipamentos da unidade I, a Portobello reduziu custos de produção, já que adotava uma tecnologia mais atualizada, e também investia na produção de pequenos formatos. O resultado, após a conclusão do projeto, em setembro de 1991, foi à manutenção da capacidade de produção, porém com maior um valor agregado oriundo da venda de revestimento cerâmico para fachadas de prédios em pequenos formatos (tecnologia “Dot Mounted”), cujas peças são unidas por pontos de cola em placas de 30 x 30 cm pré-alinhadas, reduzindo o custo de instalação e, com isso, aumentando seu valor agregado.

Visando a complementaridade do portfólio de produtos, em 1994 foram implantadas as fábricas de revestimento para parede interna (“monoporosa”), de peças decoradas especiais e terceira queima, atingindo então a capacidade instalada de 1.250.000 m² por mês. Em 1995, com a instalação de uma linha de grandes formatos (50 cm x 50 cm) para pisos, ampliou-se a capacidade para 1.500.000 de m² por mês, um acréscimo de 20% em relação ao ano anterior. A otimização de produção dos diferentes formatos entre as linhas de produção de pisos elevou a capacidade para 1.650.000 m² por mês em 1996.

Ao fim de 1996 iniciou-se a instalação da unidade de polimento de porcelanato com início de produção em maio de 1997, com capacidade de 63.000 m² por mês, ampliada em 2000 para 150.000 m² por mês. Este processo consiste em dar acabamento especial ao porcelanato, ao mármore porcelânico e à cerâmica esmaltada, permitindo superfícies de alto brilho e dimensões de alta precisão para minimização da junta no assentamento. Em 2001, foi lançado o porcelanato rústico, unindo a matéria-prima porcelânica com esmaltação nas linhas de produção de pisos convencionais.

Em outubro de 2000 foi concluída a primeira linha de produção da fábrica de porcelanato e mármore porcelânico no Parque Industrial de Tijucas (SC) e foram introduzidos produtos no formato 60 cm x 120 cm. O mármore porcelânico é fruto do mais recente processo de produção que consiste na prensagem em um corpo único por meio da qual chega-se a características técnicas superiores ao mármore e ao granito natural, porém com a vantagem de determinação de características estéticas estáveis em escala industrial. Em outubro de 2002 a fábrica de mármore porcelânico foi duplicada, elevando a capacidade nominal total para 1.860.000 m² por mês.

Em 2007, foi iniciada a implantação do programa de produção enxuta nas unidades fabris da Companhia. Este programa, que tem o apoio do Lean Institute do Brasil, objetiva detalhar as atividades básicas envolvidas no negócio e identificar o que é desperdício e o que é valor a partir da ótica dos clientes e usuários. O programa de investimentos de cerca de R\$ 4.000 teve como principal objetivo a modernização das fábricas. A produção anual de 2007 foi de 18.000.000 de m² de revestimentos cerâmicos com “mix” de produtos de maior valor agregado.

Em 2008, duas linhas de produção de porcelanato esmaltado de cerca de vinte anos de operação foram substituídas por uma nova, de maior capacidade e tecnologia de ponta. O projeto de modernização e ampliação de capacidade das linhas de produção consumiu R\$ 30.000 que, além de possibilitar a redução

6.3 - Breve Histórico

de custo dos produtos, aumentou a capacidade fabril em 18%. A capacidade adicionada permitiu à Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C.

Em 2009 foi implantada nova linha na fábrica de revestimentos de parede e instalada uma nova prensa de grande porte em uma das linhas de produção de porcelanato esmaltado, permitindo aumentar a capacidade de produção de pisos no formato 60 cm x 60 cm, que têm maior preço no mercado do que o produto de 45 cm x 45 cm que será substituído naquela linha de produção.

No primeiro trimestre de 2010 foi implantada nova linha de produção de porcelanato esmaltado, o que permitiu desativar em 2011 uma das linhas antigas, com mais de vinte anos de operação e de menor capacidade produtiva, ampliando a capacidade total de produção em 16%, para 26.000.000 de m² por ano.

Entre 2010 e 2012 a Companhia adquiriu equipamentos para decoração, que utiliza alta tecnologia de impressão digital, modelo InkJet, que permite maior inovação e rapidez no lançamento de linhas de produtos.

Em 2013 uma nova linha de produção foi instalada, a linha de porcelanato de grandes formatos, com equipamentos totalmente automatizados de tecnologia italiana de última geração, com alta produtividade e baixo consumo energético concluída em julho. A Companhia, neste período, também iniciou investimentos em novo modelo logístico, para suprir os projetos de crescimento e com mesmo nível de qualidade nos serviços, com menor custo e investimento de capital a total cadeia. Para isso a Companhia criará em locais estratégicos, centros de distribuição, sendo que já conta com um no estado de Pernambuco. Neste período também houve investimentos em processamento e preparação de matéria prima, aumentando a capacidade de produção e a produtividade na tipologia porcelanato.

E, em novembro deste ano, foi lançada a pedra fundamental para construção da planta fabril em Alagoas. A unidade tem à disposição um milhão de m² de área para expansão e na primeira etapa das operações irá gerar 1.000 empregos (diretos e indiretos). O investimento visa atender o público do norte e nordeste brasileiro que atualmente corresponde a 25% do mercado cerâmico nacional. Com público e portfólio específicos a fábrica será o motor da nova marca - Pointer.

No primeiro trimestre de 2014 o primeiro centro de distribuição criado no estado de São Paulo iniciou suas operações, conforme mencionado anteriormente, faz parte da estratégia de crescimento da Companhia no novo modelo logístico. Atualmente neste novo modelo logístico, a Companhia já conta com Um CD no estado de Pernambuco, dois no estado de São Paulo (Rio Claro e Jundiaí), um no estado do Rio de Janeiro e um no Paraná.

Em 07 de dezembro de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da Companhia, que passa de Portobello S/A para PBG S.A, visando à simplificação da estrutura societária e otimização de processos administrativos.

Em 2016 iniciou-se o projeto Oficina Portobello, nova marca da companhia, com portfólio de mobiliários e recortes em porcelanato, com o objetivo de compor o mix das lojas Portobello shop e entregar mais qualidade aos clientes que buscam projeto personalizados para os ambientes. A implantação da Oficina Portobello aconteceu em 2017, com a instalação da primeira fábrica no Brasil, em Tijucas (SC). A estratégia de expansão da marca iniciou-se em 2017, com Santa Catarina como Piloto e seguiu para os estados de São Paulo, Rio grande do Sul e Paraná em 2018. Com novas instalações no país, a marca expandirá para os demais estados.

Em 2018 a Portobello reforçou o pilar de inovação ao implantar a nova linha de produção, com produção nacional de grandes formatos e o lançamento dos formatos 120x120 e 80x160 porcelanato esmaltado e

6.3 - Breve Histórico

aumento de capacidade dos produtos beneficiados. Ainda neste pilar de inovação, a unidade de Maceió (Pointer) iniciou a produção de produtos retificados e cortados, reforçando a missão de design da marca. Em 2018 contou com mais dois centros logísticos em Goiânia e Fortaleza a companhia passou por uma reestruturação, que resultou na evolução organizacional e integrou a empresa, reforçando o objetivo de fortalecer a marca no varejo.

No segundo semestre de 2018 temos a Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retoma as operações.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não se aplica, dado que a Companhia não possui pedidos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 18 de fevereiro de 2019, e que detém, em 31 de março de 2019, 54% das ações da Companhia. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra treze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde do segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retoma as operações a partir do segundo semestre de 2018.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica, dados que a Companhia não dispõe sobre atividades de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Produtos e serviços comercializados

Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais e Revestimentos para Paredes, Mobiliários Cerâmicos e Louças & Metais, materializam o design e a inovação da marca Portobello.



b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A receita líquida e o lucro ou prejuízo da Companhia é 100% proveniente das vendas dos produtos de revestimentos cerâmicos e entende que este é o seu único segmento, que está dividido apenas em mercado interno e mercado externo.

A tabela abaixo mostra a receita operacional líquida e o lucro (prejuízo) líquido, consolidados:

Informações Operacionais e Financeiras Consolidadas	Exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de:		
	2018	2017	2016
Receita bruta de vendas	1.321.346	1.277.945	1.301.050
Deduções da receita bruta	(267.156)	(254.008)	(284.650)
Receita líquida de vendas	1.054.190	1.023.937	1.016.400
Mercado interno	868.678	840.999	868.452
Mercado externo	185.512	182.938	147.948
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	134.282	64.136	2.125

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Características do processo de produção

Como em todos os outros setores da Companhia, o setor de produção preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados.

Atualmente a companhia possui dois processos de produção, a via úmida e via seca, e cada processo é contínuo e consiste das seguintes fases:

PROCESSO DE PRODUÇÃO VIA ÚMIDA – Tijucas SC

(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- **Preparação de massa:** No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar parte dos resíduos sólidos gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que hoje seus produtos tenham mais de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados. Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização ("spray dryer") para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. Este pó é estocado em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores.
- **Prensagem:** Permite a transformação do pó atomizado em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 6.500 toneladas e equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltção os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de engobe, aplicação de esmalte e decoração digital.



- **Queima:** Após o processo de esmaltção o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tais como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima de cerca de 1.200°C. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível), a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção.

- **Polimento e retífica (beneficiamento):** Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos. Para que a torta de polimento, resíduo gerado nesta etapa do processo produtivo, pudesse ser reaproveitada, a Companhia teve que não só desenvolver novas técnicas produtivas, como também superar a ausência de legislação específica sobre tais práticas: no caso "torta de polimento" como agregado para a fabricação de cerâmicas, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA) onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre então a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). Os cacos cerâmicos queimados que não são aprovadas nesta etapa são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica ou utilizados no programa social Pedacinhos de Arte, apoiado pela Companhia.

- **Embalagem:** Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Foi feita a opção pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, a Companhia decidiu-se pelo uso de madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV), reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa. Os materiais palletizados são 100% plastificados e o plástico possui aditivo anti-UV, possibilitando uma armazenagem por até 12 meses em ambientes sujeitos a intempéries.

- Telagem: As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola (silicone) nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.
- Inspeção do produto acabado: O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha um controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- Peças especiais: Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.
- 3ª queima: Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado.



Inkjet

O sistema de impressão digital permite maior fidelidade e resolução nos desenhos, uma forma de decoração de produtos que preza a excelência da imagem e consiste também na impressão sobre relevos. Atualmente a empresa conta com 17 máquinas Inkjet, referências em impressão digital de alta tecnologia.

Outsourcing

Com papel estratégico de complementar o portfólio, oferecer uma solução completa ao cliente e assim maximizar o potencial de distribuição da companhia, o outsourcing faz parte da operação desde a importação de bases de porcelanato para beneficiamento no Brasil no início dos anos 90.

O volume e as tipologias de produtos variam conforme o contexto do mercado, mas, em geral, incluem produtos mais econômicos da Ásia e do Brasil, produtos inovadores e diferenciados da Europa e complementos funcionais de origens diversas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferenciais do Portfólio

O Portfólio Portobello é a materialização da estratégia de Inovação e Design da marca. *O novo modelo integrado ao varejo, conta com 6 ciclos de lançamentos durante o ano, porém o maior acontece em março, junto à Feira Revestir, principal evento do segmento na América Latina.*

A Portobello é líder em produtos premiuns, liderança sustentada, principalmente, pelos grandes formatos em porcelanato, como 90x90cm, 80x80 cm, 60x120cm, 80x160cm, 120x120cm, até os super formatos de 120x240cm. Em 2018 a empresa iniciou a produção interna também dos formatos 120x120 e 80x160, até então não produzido no Brasil.

O portfólio Portobello é estruturado para atender às diferentes demandas das obras residenciais e comerciais, no segmento em que a empresa atua.

No mercado residencial especializado, com distribuição através da rede Portobello Shop, o objetivo é a personalização dos ambientes, com grande variedade de reprodução de materiais da arquitetura em porcelanato de grandes formatos, como madeira, mármore, concretos e pedras e opções de acessórios e peças especiais para diferenciar cada projeto. A combinação de soluções atende à demanda dos arquitetos e seus clientes.

No canal de distribuição aos home centers o portfólio é menor, com soluções pré combinadas para atender ao perfil de autoatendimento dos clientes desse varejo.

No canal de vendas às grandes obras as soluções técnicas e de sistemas construtivos são essenciais no portfólio, principalmente para dar suporte à venda de grandes formatos.

A Oficina Portobello, solução de mobiliários em porcelanato potencializa a diferenciação do portfólio oferecendo uma solução ainda mais completa com bancadas, nichos e acabamentos para todos os ambientes residenciais, inicialmente com exclusividade no canal Portobello Shop.

A inovação da marca é manifestada também com o alto índice de lançamentos de produtos, cerca de 20% do portfólio é renovado anualmente.

Qualidade, Design e Inovação

Tecnologia no estado de arte: extra fino, impressão digital em grandes formatos, porcelanato esmaltado polido.

Foco em pesquisa e desenvolvimento no processo criativo.

Liderança em tendência: Linha Puro, Ms Barcelona, seleção de Mármore como Oro Bianco, St. Martin, Black Eclipse, Mare D'Autunno, Michelangelo, as madeiras Boreal, Madagascar, os concretos, Belgique, Harpa e os diferenciais Chelsea, Le Cementine, Jackie, Malibu e Paris

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Liderança em grandes formatos, em especial 120x120, 80x160,120x240,120X240/250 em porcelanato esmaltado e 100x300 em Extra Fino Lâmina.



Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais, Revestimentos para Paredes e os produtos fabricados na OFFICINA Portobello, com design inovador e exclusividade, materializando no mobiliário a sofisticação e durabilidade do porcelanato, que traduzem o design e a inovação da marca Portobello.

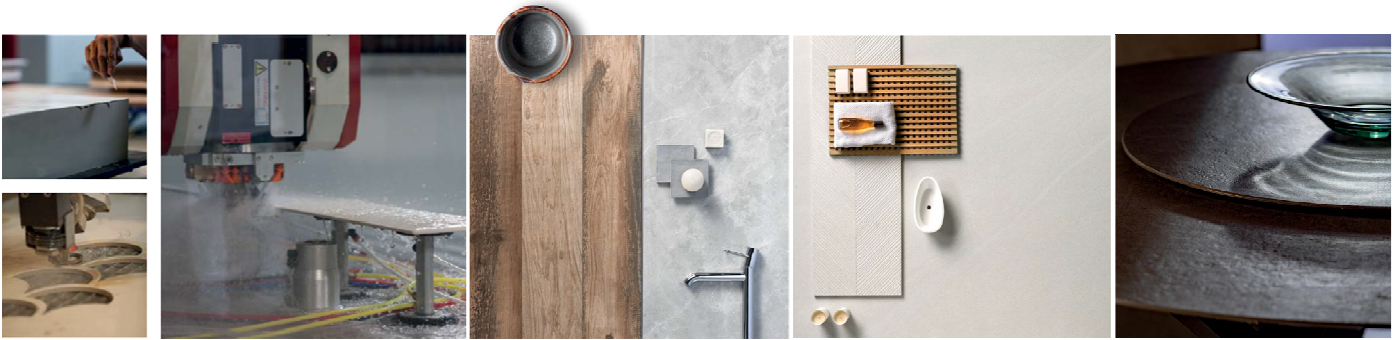
Mais de 1.700 itens que reproduzem os materiais essenciais da arquitetura, com características técnicas superiores para uso como revestimento.



Primeira empresa brasileira a produzir o Porcelanato Extra Fino, com 5mm de espessura. Inovação em tecnologia e compromisso com a sustentabilidade.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



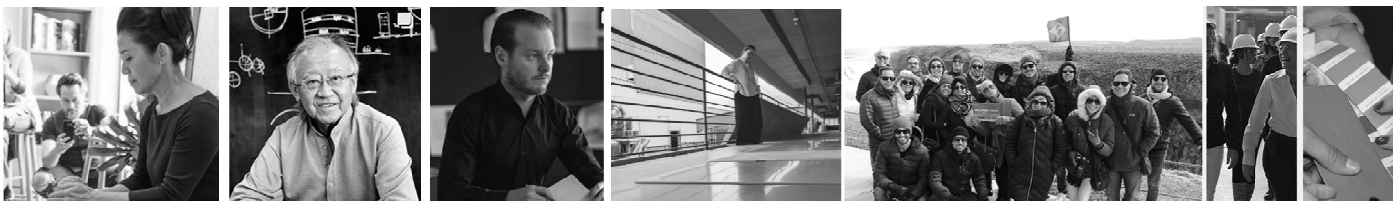
Investimento constante em lançamentos. O portfólio tem, em média, 30% de itens novos a cada ano, com 15% do volume faturado, que representa o indicador de inovação da marca.



Loja Portobello Shop & Ambiente Portobello Shop

Evento de Lançamento

Estrutura própria de design e interação com profissionais da arquitetura e design são a base para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.



hideko honma

Arq. Rui Ohtake

Jader Almeida

Cecilie Manz

Processo Criativo

PROCESSO DE PRODUÇÃO VIA SECA – Marechal Deodoro AL

(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- Preparação de massa: No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar parte dos resíduos sólidos gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que hoje seus produtos tenham mais de 10% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até o secador, onde reduz a umidade dos materiais a um percentual máximo de 3% necessário para o processo seguinte de moagem. Nos moinhos ocorre o processo que

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consiste em moer por via seca os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto o pó seco, que em seguida passa pelo processo de umidificação e granulação com finalidade de obter-se uma massa com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. Esta massa é estocada em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica no secador além do reaproveitamento térmico dos fornos.

- **Prensagem:** Permite a transformação da massa cerâmica em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 6.500 toneladas e equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 8% para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de engobe, aplicação de esmalte e decoração serigráfica.
- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tais como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima de cerca de 1180°C. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível), a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção.
- **Retífica:** Parte da produção recebe acabamento especial, com corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Essa tecnologia permite aos produtos um assentamento com junta de 1,5 mm, valorizando a estética do produto Pointer.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados eletronicamente por meio das qualitrôn ou visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre então a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). Os cacos cerâmicos queimados que não são aprovadas nesta etapa são separados, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- **Embalagem:** Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Foi feita a opção pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, a Companhia decidiu-se pelo uso de madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV), reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa. Os materiais paletizados são 100% plastificados e o plástico possui aditivo anti-UV, possibilitando uma armazenagem por até 6 meses em ambientes sujeitos a intempéries
- **Inspeção do produto acabado:** O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha um controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

Inkjet

Todo o seu sistema produtivo foi instalado com as decoradoras de impressão digital Inkjet que permite maior fidelidade e resolução nos desenhos, além de impressão de relevos.

Outsourcing

Atualmente o programa de outsourcing tem parcerias no Brasil, na China e na Europa, sempre visando a aumentar e inovar o portfólio.

Diferenciais do Portfólio

O Portfólio é a materialização da estratégia de oferecer a seu consumidor um produto de qualidade e design a um preço justo. Os Lançamentos anuais são extremamente importantes na renovação e manutenção das tendências no segmento, além de atender a necessidade por parte do consumidor que vive antenado e possui livre acesso a informação. A padronização dos formatos, tecnologia de impressão e acabamentos dão suporte à criação constante de novidades para o mercado.

Qualidade, Design Democrático e Preço Justo

A Pointer traz o desafio de empreender em seu DNA, aliada a uma vocação para o crescimento e a um compromisso com o ambiente. Em sua essência, a empresa transforma recursos naturais em espaços de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viver bem e, nesse percurso, se compromete com a preservação do meio ambiente, com o bem-estar das pessoas e a longevidade dos negócios.

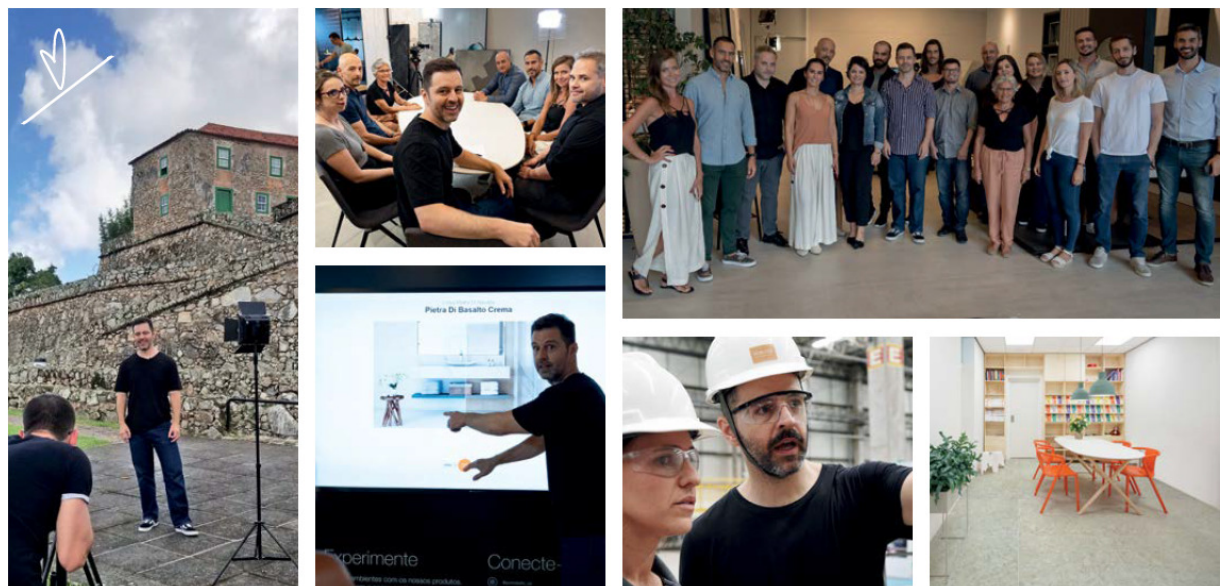
Com sua fábrica construída no distrito industrial de Marechal Deodoro, na Grande Maceió, a equipe tem orgulho de fazer parte desse ambiente em desenvolvimento e que cresce orientado por atitudes sustentáveis, acreditando que ambientes melhores são construídos por atitudes coletivas.

Dessa forma a companhia é resultado do trabalho de uma grande equipe inspirada pelo desafio de inovar. Fornecedores, colaboradores e parceiros concretizaram o sonho de oferecer produtos de qualidade, bom gosto e preço justo.



Mais de 240 itens divididos em 6 formatos – 30x60 cm, 60x60 cm, 80x80 cm retificado, 60x60 cm retificado, 45x90 cm retificado, 15x90 cm retificado - que reproduzem os materiais essenciais da arquitetura.

A Portobello Grupo, mantendo sua posição vanguarda de mercado, buscando sempre parcerias com arquitetos renomados, e nesse ano a linha SINGULAR foi desenvolvida e assinada pelo Arquiteto Mauricio Arruda.



Liderança em tecnologia de impressão digital, a companhia é a única empresa, inserida no ramo de produção de cerâmica via seca a utilizar a impressora InkJet - uma das mais modernas do mercado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos destacamos por seu tecnológico parque fabril, se posicionando como a fábrica de cerâmica via seca mais moderna da América Latina.

b) Características do processo de distribuição:

A distribuição multicanal permite uma maior penetração de mercado e um melhor equilíbrio da companhia frente às instabilidades de mercado, seja entre os segmentos no mercado interno, seja através da exportação, que pode ter a intensidade modulada conforme o contexto macroeconômico.

Mercado interno: São três os canais de distribuição:

Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em revestimentos e complementos, com foco no atendimento ao arquiteto, responsável por algo como 70% de suas vendas. A PortobelloShop tem posicionamento premium, oferece uma experiência de compra diferenciada ao consumidor final da classe A e seu arquiteto. A rede conta atualmente com 148 lojas, sendo 11 lojas próprias e as demais franqueadas.

Varejo (multimarcas) – Distribuição de produtos para os maiores home centers do país, conta com atendimento próprio através de equipe de consultoras nos principais pontos de vendas. A gestão participativa para otimizar estoques e custos logísticos e potencializar os resultados comerciais é um dos principais diferenciais do canal.

Engenharia – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender grandes obras, diretamente ou através de construtoras. A Engenharia tem uma abordagem técnica e seus diferenciais, além de produtos e sistemas construtivos, incluem o relacionamento com arquitetos e a inteligência de mercado para monitorar projetos e obras.

Mercado externo

Exportação – A Portobello exporta de forma consistente e contínua desde o início de sua operação. Atualmente exporta para mais de 60 países, com destaque para América do Sul e Central, mercados específicos na Europa e Ásia e com operação em expansão para América do Norte, principalmente EUA.

Uma distribuição focada em produtos diferenciados e preços médios elevados compõem a estratégia da exportação Portobello, mas o canal também se apresenta como oportunidade para ações específicas quando o câmbio é mais favorável.

A Pointer tem atuação, inicialmente, no mercado interno, na região Nordeste, além de exportar, principalmente para a América do Sul.

Como marca de Design Democrático do Grupo, a Pointer concentra sua distribuição no varejo, mas com uma pulverização maior que a marca Portobello.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Características do processo de distribuição:

(i) Participação em cada um dos mercados

O volume de produtos produzidos pela Portobello é exportado na ordem de 15% e distribuídos de forma equilibrada entre os canais do mercado interno. Geograficamente a distribuição nacional é mais concentrada nas regiões sudeste e sul.

(ii) Condições de competição nos mercados

Os Lançamentos constituem importante ferramenta na estratégia de inovação da empresa e, a cada ano, uma nova coleção é concebida para atender às demandas por novas tendências e novidades, principalmente do público de Arquitetos e Designers de Interiores, que, além de especificarem diretamente os produtos da marca, são importantes formadores de opinião.

Em 2019 o conceito da Coleção é “In Your Dreams In Your Home”, uma caixa de ferramentas para a criatividade. Traduz a autenticidade, pluralidade, transparência e multiconexões. Do nosso olhar para os seus sonhos, materiais essenciais da arquitetura, grandes superfícies, acessórios, mobiliários. Matéria prima particular para personalização. Curadoria para ambientes únicos.

Linha Puro: Materiais essenciais da arquitetura em porcelanato. Essa é uma das linhas criativas da marca que, ao encontrar a designer dinamarquesa Cecilie Manz, possibilitou a criação de um material Puro! Cecilie, a designer do ano pela Maison & Objet 2018, tem como princípio criativo conhecer todas as características do material, todas as técnicas e tecnologias disponíveis no processo produtivo e, a partir de aí propor algo minimalista, mas que desafia os limites tanto do material quanto da técnica.

Linha Harpa: Com uma superfície expressiva de concreto em porcelanato marcada pelo movimento dos tons, quase sempre em chumbo, a linha Harpa chega às lojas de todo o Brasil para já embarcar no seu projeto. Fruto de um processo criativo único, entre um grupo multidisciplinar de profissionais e os próprios representantes criativos de produtos da Portobello, Harpa materializa toda a intensidade da natureza da Islândia em peças igualmente intensas.

Série Jader Almeida: coleção de mobiliário em porcelanato para banheiros desenvolvida pelo Designer Jader Almeida para a marca Officina Portobello, Jader é um importante profissional brasileiro com reconhecimento internacional.

Série Ruy Ohtake: Conceito desenvolvido a partir do objetivo de transgredir as formas planas do porcelanato através do traço do arquiteto Ruy Ohtake. São objetos inéditos e funcionais de belas formas orgânicas que passam do status de design industrial para obra de arte.

Os Lançamentos são importantes também por alavancar a lucratividade da companhia, por isso a operação de levá-los ao mercado é um dos grandes desafios da marca e constitui um dos mais importantes processos da empresa, envolvendo produção, logística marketing e área comercial.

Revestir 2019

Realizada de 12 a 15 de março em São Paulo, a Expo Revestir atrai o público especificador e comprador do setor e marca o principal momento de lançamento de revestimentos no Brasil. A edição de 2019, participou cerca de 230 expositores, um público ordem de 40 mil visitantes de 60 países, onde a Portobello apresentou seus Lançamentos em um stand de 628 m².

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além do espaço na Expo Revestir a empresa organizou eventos paralelos para atender aos diferentes públicos como clientes internacionais de mais de 60 países, franqueados da rede Portobello Shop, Clientes revenda/engenharia e Público interno/externo no Instituto Tomie Ohtake, conhecendo em primeira mão a coleção 2019 de forma exclusiva e única. Na Sala São Paulo, foram proporcionados eventos únicos para reconhecimento e premiação dos arquitetos e designer da rede Portobello Shop que contribuem na engrenagem de inovação da Portobello.

Portobello+ Arquitetura

A Portobello reconhece a importância dos arquitetos e designers como protagonistas na sua engrenagem da inovação e estrutura o relacionamento com esses profissionais em 3 pilares:

- A participação dos profissionais no processo de criação e desenvolvimento de nossos produtos em nossa Engrenagem da Inovação;
- Disponibilização de ferramentas, palestras, workshops e conteúdo de uma forma geral, que aprimorem o Conhecimento;
- Desenvolvimento Profissional e a geração de valor através do Reconhecimento e Divulgação dos trabalhos dos profissionais.

Marketing Digital

A transformação digital é fundamental para a sustentação do posicionamento de inovação da marca Portobello.

Desde 2010 a Portobello vem investindo neste sentido, criando ações voltadas para melhorar a experiência dos consumidores e especificadores com a marca, além de adotar comportamentos alinhados às novas tecnologias também na operação da empresa.

Em 2012 a empresa adotou o iPad como plataforma de trabalho para toda a equipe comercial e desde então vem incrementando a experiência com a marca com novos serviços e aplicativos.

Simuladores de ambientes, realidade virtual, inteligência artificial para especificação de produtos e uma plataforma – Archtrends Portobello – com tendências e referências de imagens sintetizam os diferenciais da Portobello quanto às novas tecnologias.

Sistemas de inteligência para monitoramento do mercado, captação de obras, inbound marketing e CRM complementam os investimentos da Portobello na transformação digital.

Missão da Marca

O ambiente em que vivemos é a essência do nosso negócio.

Visão da Marca

Ser líder brasileiro em inovação, criando e distribuindo soluções para ambientes a um número de pessoas cada vez maior.

Valores da Empresa

Foco nos Resultados - Entregar e gerar valor.

Crescer Juntos - Círculo virtuoso de oportunidades.

Inovação e Design - Cultura de novas e melhores soluções. Transformar ambientes e emocionar as pessoas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Meritocracia - Sempre é possível fazer melhor.
Sustentabilidade - Compromisso com o ambiente

Sustentabilidade

Crescer juntos. Essa é a nossa visão de Sustentabilidade.

A empresa entende a sustentabilidade com a visão clássica dos três pilares, econômico, social e ambiental, e definiu as seguintes diretrizes para cada pilar:

Responsabilidade Ambiental (Nosso Produto): Exercitar o design e a inovação sustentáveis; Compartilhar conhecimento sobre a cerâmica como material sustentável; praticar e apoiar boas práticas de proteção ao meio ambiente.

Responsabilidade Social (Nossa Gente): Promover a saúde, segurança e bem-estar das pessoas; priorizar as crianças e o esporte nos projetos sociais; fazer parte da comunidade apoiando suas boas iniciativas de responsabilidade social.

Responsabilidade Econômica (Nosso Negócio): Comprometer-se com a excelência em resultados; criar condições para o crescimento conjunto; investir em boas práticas de gestão, priorizando a meritocracia.

A empresa divulga seu relatório de sustentabilidade anualmente (link abaixo) onde relata o desempenho sustentável e as principais ações realizadas.

<http://www.portobello.com.br/sustentabilidade/relatorios/>

Marca (Prêmios e Pesquisas) em 2018

- Prêmio Design Museu da Casa Brasileira - 3º lugar com a bancada Ícaro, design de Jader Almeida
- In Best In Show Anfacer - Cerâmicas (Fachadas)
- Top of Mind SC - Diário Catarinense - Pisos e revestimentos Cerâmicos
- Sul For Export - Grupo Amanhã
- Empresa Cidadã - ADVB/SC - Participação Comunitária
- Expressão Ecologia - Grupo Expressão - Resíduos Sólidos
- Prêmio Anamaco - Revestimentos Cerâmicos - Grandes clientes
- Época Reclame Aqui - Casa e Construção n.º 500 Maiores do Sul - Grupo Amanhã - Faturamento no segmento de casa e construção
- Top of Mind Casa e Mercado - Marca de Pastilha Cerâmica e Marca de revestimento cerâmico/porcelanato

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Top 30 Panorama
- Prêmio Ser Humano ABRH/SC - Gestão de Pessoas e Desenvolvimento n Destaque no 4o Fórum de Comércio Exterior n Certificado de Responsabilidade Social da ALESC
- Troféu Fornecedor de Destaque 2017 - Revista Hotéis - Pisos e Revestimentos n Selo RA 1000 do Reclame Aqui
- Troféu CV Magazine (UK) - Melhor Franquia de Pedras para Decoração de Interiores de 2018
- Selo de excelência em Franchising - ABF - Master n Melhores franquias - PEGN - Produtos e Serviços para Residência
- 300 maiores do varejo brasileiro - SBVC - Eletrodomésticos
- Ranking Top 25 Franchising - Grupo Bittencourt n ABF - RDI - Design Inovação
- Top de Marketing e Vendas - ADVB/SC - Varejo

d) Eventual sazonalidade:

O mercado de atuação da Companhia apresenta uma moderada sazonalidade, constatado historicamente que no 2º semestre, apresenta uma melhora na demanda por produtos cerâmicos.

e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados de acordo com as normas da ISO, e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor.

A integração dos fornecedores à cultura de sustentabilidade da Companhia inclui o compartilhamento de um Código de Ética que estabelece de maneira formal a ciência e concordância com os valores, princípios e requisitos da Companhia. Para monitorar seu cumprimento, a Companhia promove Auditorias de Conformidade Ambiental junto aos seus fornecedores de matéria-prima para verificar o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Por conta dos problemas climáticos, solicitamos aos fornecedores de massa que tenham um estoque de segurança de aproximadamente de 6 (seis) meses.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A única dependência ou vulnerabilidade em relação aos fornecedores da Companhia é com o fornecedor SC Gás, pois depende do abastecimento para que a produção aconteça normalmente, pois utiliza o recurso do gás natural como combustível. Em geral, atua com uma vasta lista de fornecedores, que são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquiridos pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades têm representado, em média ano, 20% do custo total de compras. São fornecedores exclusivos, que estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 24% do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços baseia-se geralmente na avaliação do índice IGPM/INPC ou reações do mercado (ex: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novos fornecedores visando sempre o melhor custo/qualidade.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

São necessárias as licenças usuais de meio ambiente para a operação das unidades fabris (LAO) e para extração de matérias primas (argilas, feldspatos e outros) nas jazidas.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental que é implantado e monitorado por equipes, programas e atividades dedicados ao meio ambiente. Além da uniformização e excelência nos procedimentos – pré-requisitos que também levaram a Companhia a adotar normas internacionais de qualidade e gestão ambiental, como ISO 9001, versão 2008 – a Gestão Ambiental Portobello lidera pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

O foco desse trabalho é diverso e múltiplo, uma vez que se propõe a monitorar e mitigar as externalidades mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Por isso, a Companhia tem programas – e resultados – desde a extração da matéria prima até as características do produto que chega à casa do consumidor. Tais iniciativas baseiam-se em orçamentos próprios e contínuos, já que a jornada para formas mais sustentáveis de desenvolvimento e produção é uma empreitada de longo prazo.

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello

1977 – Início da construção da Cerâmica Portobello, no município de Tijucas (SC). Unidade fabril já nascia com sistemas de tratamento de efluentes

1979 – Início da produção da Cerâmica Portobello

1982 – Substituição do combustível GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) por Gás Pobre, oriundo de carvão vegetal

1993 – Aperfeiçoamento da Estação de Tratamento de Água

1994 – Conquista da ISO 9002

2002 – Conquista da ISO 9001/2000.

2003 – Implantação de gás natural em todo parque fabril.

2006 – Lançamento da linha Ecowood, reprodução de madeira de demolição a partir de exclusiva tecnologia de Dupla Prensagem.

2009 – Lançamento do porcelanato que reproduz a textura de vários tipos de madeira, nos formatos 10x120, 15x120 e 20x120cm. Exclusividade no Brasil.

2010 – Lançado o primeiro porcelanato de 4,7mm produzido no Brasil, o Extra Fino. Reestruturação da gestão corporativa de meio ambiente.

2011 – Lançamento dos produtos com impressão digital em alta resolução, implantação da primeira máquina com sistema de impressão a jato de tinta.

2012 - A Portobello foi vencedora do premio Expressão Ecologia da Editora Expressão Ecologia

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

2013 - Finalização da remoção dos passivos da área “AR01” do termo de ajuste de conduta e reestruturação de fornecedores para consumo da “Torta de Polimento” como matéria prima no processo produtivo de cerâmica vermelha;

2015 – Encerramento do termo de ajuste de conduta, assinado com o Ministério Público e FATMA.

2016 – A Portobello recebeu a Outorga de direito de uso de Recursos Hídricos;

2017 – A Portobello foi vencedora do prêmio Fritz Muller da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA);

2018 – A Portobello recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia na categoria “Resíduos Sólidos”;

(i) Indicadores Ambientais

- Matriz Energética

A energia é um dos principais recursos necessários para a fabricação de revestimentos cerâmicos, pois a transformação das argilas em cerâmicas demanda o uso de uma grande quantidade de energia elétrica e de combustíveis para a cura em fornos. Além de constituir uma oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação ao investir nesta frente. E a abordagem da Portobello foi de alinhar-se aos que já enfrentam o grande desafio deste século, que é a mitigação das emissões daqueles gases que têm sido objeto de gradual consenso, entre cientistas e formadores de opinião, como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que se produza mais com menos. Para tanto, a Portobello:

Adotou o gás natural como principal fonte de energia em suas linhas de produção, obtendo como principais vantagens:

- ✓ Baixo impacto ambiental: sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
- ✓ Facilidade de transporte e manuseio: contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
- ✓ Segurança: por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de mistura explosiva.

Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:

- ✓ Reaproveitando calor entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, poupando energia. Em 2015 mais dois fornos com receberam essa tecnologia de aproveitamento de calor.
- ✓ Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adequa a quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Implementou um Programa Conservação de Energia, visando à redução/otimização do consumo de energia elétrica.

Em 2018 e 2019, as lâmpadas fluorescentes do parque fabril, localizado em Tijuca, foram substituídas por lâmpadas LEDs, que são mais econômicas.

Com estas iniciativas, além de uma matriz mais limpa, a Companhia elevou a segurança de sua operação e registrou economia e otimização do uso de energia, seja ela de fontes renováveis ou não:

- Redução de mais de 14% do consumo equivalente do gás natural.
- Redução de 20% do consumo equivalente de energia elétrica.

- *Os Resíduos*

A gestão de resíduos da Portobello envolve dar destinação correta a uma média mensal é de 9.353 toneladas (dados de 2018) de materiais provenientes de processo, lodos de tratamento de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Companhia propôs-se uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo. Para tanto, a empresa investiu em um programa que combinava tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da Organização de forma que os resíduos fossem vistos como matéria-prima para o processo industrial.

- Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregar de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a Coleta Seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.
- Estabelecimento de uma nova sistemática de separação e coleta nas fontes geradora de resíduos recicláveis. Os resíduos são encaminhados diretamente para destinação final (reciclagem).
- Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- Os pallets são consertados, recuperados e reutilizados pela Companhia esse número chegou a mais de 45.000 pallets recuperados internamente, já os que provêm de fornecedores são separados para devolução; e as peças que já não podem mais ser recuperadas são vendidas para transformação do mesmo em cavaco.
- Papel, plástico e metais são comercializados com empresas recicladoras devidamente licenciadas, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.
- Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial, ETE Polimento), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.
- Antes o que era consumido em pequena quantidade internamente, hoje o lodo da estação de tratamento de efluentes do polimento (ETE Polimento) praticamente é consumido em sua totalidade, apenas cerca de 5 % é consumido por empresas terceiras como cimenteiras e cerâmicas vermelhas devidamente licenciadas dentro de processo conhecido como co-processamento.
- Todos os materiais particulados contidos no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

– O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.

– Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

– No final de 2018, a Portobello passou a enviar os resíduos de contaminados, borrachas, lã de vidro, entre outros, para serem coprocessados em indústrias cimenteiras, substituindo a destinação final em aterros industriais.

Dentre os resultados obtidos com a adoção de tais práticas, visando a não geração de resíduos sólidos, pode-se citar:

– Em 2018, 94,79% dos resíduos foram reutilizados no próprio processo produtivo, 4,97% foram enviados para reciclagem, 0,03% foram coprocessados, e apenas 0,13% foram dispostos em aterros industriais e 0,08% encaminhados para aterros sanitários (resíduos orgânicos), por não serem passíveis de reuso/reutilização. Em 2014 o índice era 5,14 kg/m², já em 2018 esse indicador foi reduzido para 4,14 kg/m².

– Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham em média de 18% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).

– E por fim, a conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos Colaboradores, que assim disseminarão estes conceitos e práticas para a Sociedade.

- **A Água**

A água é estratégica para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela companhia este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se a perseguir o desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade da mesma. Para tanto, a companhia implementou as seguintes ações:

– Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.

– O sistema industrial consiste em um circuito fechado que contempla duas estações de tratamentos de efluentes e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.

– A água que passa pelo chamado “uso doméstico” é tratada por 13 estações de tratamento.

– Instalação tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os resultados alcançados são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.
- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico após o devido tratamento.
- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução de mais de 500% da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos, através da técnica de balanço de massa.

- A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por ser uma atividade de transformação primária, demanda de recursos naturais em estado bruto como as argilas, caulins e feldspatos. Tais minerais, em parte explorados pela própria Companhia nos Estados de Santa Catarina e Paraná, demandam uma atenção especial, pois mesmo que haja a adoção das melhores práticas disponíveis, causam impactos ao meio ambiente.

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, sendo 15% de concessão direta da Companhia e 85% de empresas fornecedoras. A contratação de jazidas exploradas por terceiros passa por critérios legais rígidos. Apenas empresas formais e habilitadas legalmente são contratadas, o que inclui apenas empresas com boas práticas de segurança e funcionários contratados regularmente. É exigido o cumprimento de todos os requisitos legais ambientais, e de todas as normas dos órgãos ambientais competentes. Esses critérios são firmados contratualmente e verificados por auditorias de conformidade ambiental realizadas por representantes da Companhia.

Após extração da argila, a Companhia recupera as áreas mineradas com o objetivo de devolvê-las à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Tradicionalmente a recuperação da flora em áreas de extração baseia-se na monocultura, principalmente de espécies coníferas. Além do prazo longo, de cinco anos, esse processo tem o agravante de não restituir a diversidade original. Por meio de pesquisas acompanhadas por instituições diversas, a Companhia chegou a um método de referência para a recomposição da flora, baseado no plantio de espécies originárias da região explorada – técnica que acelerou em cerca de dois anos o processo de regeneração da cobertura vegetal das áreas mineradas – concomitantemente ao processo de exploração. A recuperação da cobertura vegetal foi acompanhada por uma elevação da biodiversidade vegetal, em comparação com o método usado anteriormente.

Nos últimos dois anos foram plantadas aproximadamente 4.500 mudas nativas com o objetivo de reflorestamento e recuperação de flora local.

- A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominada embalagem bandeja e embalagem fita.
- A Companhia não possui um programa de logística reversa de seus produtos ou embalagens, porém vem tomando iniciativa nessa área. Em 2017 foi retornado mais de 29 mil itens como pallets e suportes metálicos de outros CDs Portobello.
- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).
- As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia por equipe dedicada que conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria e monitoramento segundo um Sistema de Gestão Ambiental que também integra pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

- Educação Ambiental

Além disso, foi criado um planejamento anual de educação ambiental que visa atingir tanto o público interno (colaboradores) como externo (crianças da comunidade).

Esse planejamento atingiu diretamente mais de 1.000 crianças da comunidade com atividades como: palestras, visita a estação de tratamento de efluente industrial, jazida de minério, Projeto Tamar e Parque Estadual do Rio Vermelho, sessão cinema.

Para os colaboradores ações como Diálogo Mensal Ambiental, que é um momento que os colaboradores das fábricas param para fazer uma reflexão sobre os principais temas ambientais, distribuição de mudas, incentivo ao plantio de árvores com uma exposição de fotos.

Os colaboradores também são treinados sobre diversos assuntos. Em 2018, mais de 900 colaboradores passaram por treinamento sobre assuntos ambientais. Além disso, todos os novos funcionários passaram por treinamento em sua primeira semana na Portobello.

- Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria-prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

- Os Produtos

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

1 – Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + 1/2 pre-consumer) – 1 point*.

2 – Pela substituição de matérias-primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumidor e no desempenho do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.

3 – Pela redução de materiais na produção e também na aplicação dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia que resultou na linha Extra Fino, de apenas 4,7 mm de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

espessura - a qual favorece a aplicação de piso sobre piso, eliminando o entulho gerado pela retirada do piso antigo para aplicação do novo.

- Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos mais de (511 mil) meio milhão exclusivamente para meio ambiente no ano de 2018.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora das seguintes marcas: "Portobello", "Portobello Shop", "Offinica Portobello" e "Pointer". Todas se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia vem investindo mais no marketing digital, com página na internet permanentemente com inovações. A Companhia também conta com um Blog, que está no ar a mais de três anos e tem um número de acessos significativo. Hoje os domínios da Companhia na internet mais relevantes são: "portobello.com.br", "portobello.com.br/blog" "portobelloshop.com.br" e "portobelloamerica.com"..

A Companhia e suas subsidiárias no desenvolvimento de suas atividades dependem de softwares e suas respectivas licenças para uso. Destacam-se os seguintes: Oracle ERP, Oracle Database, Microvix, Gesplan, Mastersaf, Onesource, Drummer, NDD, eComex, FEN, ADP, Channel, OutBuy Center, WK, Oracle Developer 10g, Microsoft Visio Professional, Microsoft Project Standard, Microsoft Windows, Microsoft Office, Microsoft Visual Studio, Microsoft Visual Basic. Net, Microsoft SQL Server, Macromedia Dreamweaver, Macromedia Studio MX, AutoCAD, Label Matrix, Adobe Photoshop, Corel Draw, Vector Works, Linux Red Hat Enterprise, Rockwell Software Arena, PL/SQL Developer, Borland Delphi, Service Desk Soft4TI, VMWare, Kaspersky, Qlikview, Solaris SPARC, HP Data Protector, MonitoraIT, MS Skype for Business. Está sob os cuidados do departamento de informática a manutenção e guarda das licenças, bem como a aquisição de novos softwares e equipamentos. Aos colaboradores é vetada a cópia e/ou a distribuição de programas não autorizados, licenciados e homologados pelo respectivo departamento.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R\$ 868.678 em 2018. Sua participação na receita líquida total é igual a 82,40%.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao mercado externo é de R\$ 185.512 em 2018. Sua participação na receita líquida total é igual a 17,60%.

Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2018		
Países estrangeiros	Receita líquida	% da receita líquida total
Argentina	49.484	4,69%
Outros países da América	34.618	3,28%
USA	22.233	2,11%
Paraguai	18.769	1,78%
Outros países	60.408	5,73%
	<u>185.512</u>	<u>17,60%</u>
Receita Líquida Total		
Mercado Externo	185.512	17,60%
Mercado Interno	868.678	82,40%
	<u>1.054.190</u>	<u>100,00%</u>

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros é de R\$ 185.512 em 2018. Sua participação na receita líquida total é igual a 17,60%.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não se aplica, dado que a estratégia aplicada pela Administração é fazer com que as exportações fiquem limitadas a mercados mais rentáveis e com a demanda por produtos de maior valor agregado.

7.8 - Políticas Socioambientais

O Relatório de Sustentabilidade de 2018 foi publicado. As informações foram levantadas internamente e também foi contratada uma consultoria externa para ajudar na coleta de dados e na estruturação do arquivo, a metodologia adotada é a do GRI.

A divulgação do material foi dia 12 de março de 2019, e está publicado no endereço <http://ri.portobello.com.br/>.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não se aplica, dado que não houve aquisição, alienação de ativo relevante.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não se aplica, dado que não houve alteração na condução de negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não se aplica, dado que não houve contrato relevante que não fosse relacionado com atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relação dos domínios utilizados pela Companhia, com abrangência a território internacional:
DOMÍNIOS REGISTRO.BR

DOMÍNIO	DATA DE EXPIRAÇÃO
ARCHIVESPORTOBELLO.COM.BR	07/12/2019
ARCHTRENDS.COM.BR	10/07/2020
BRTILES.COM.BR	30/01/2025
CASAMADA.COM.BR	05/03/2020
CASASPORTOBELLO.COM.BR	27/02/2021
CERAMICAPINTER.COM.BR	20/06/2020
EMPORIOPORTOBELLO.COM.BR	02/02/2021
FITMOSAICPORTOBELLO.COM.BR	27/02/2020
MILENIUMREVESTIMENTOS.COM.BR	18/08/2022
MISSAOESTELARPORTOBELLO.COM.BR	28/06/2020
OFFICINAPORTOBELLO.COM.BR	16/09/2021
PBGINTERNACIONAL.COM.BR	22/01/2023
PBGINTERNATIONAL.COM.BR	22/01/2021
PBGRUPO.COM.BR	11/08/2021
PBGSA.COM.BR	03/05/2020
PBRANDS.COM.BR	22/07/2021
PINTER.COM.BR	13/04/2021
PINTERREV.COM.BR	20/06/2020
PINTERREVESTIMENTOS.COM.BR	18/06/2020
PORCELANATERIA.COM.BR	29/09/2019
PORCELANISTA.COM.BR	29/09/2019
PORTOBELLO.COM.BR	29/05/2028
PORTOBELLOGRUPO.COM.BR	10/12/2021
PORTOBELLOINTERNACIONAL.COM.BR	22/01/2021
PORTOBELLOINTERNATIONAL.COM.BR	22/01/2021
PORTOBELLOMAISARQUITETO.COM.BR	30/06/2020
PORTOBELLOMAISARQUITETURA.COM.BR	03/07/2020
PORTOBELLORESPONDE.COM.BR	22/02/2020
PORTOBELLOSHOP.COM.BR	28/09/2023
PORTOBELLOTRENDS.COM.BR	20/06/2020
PORTOSHOP.COM.BR	28/01/2021
REVESTIMENTOSPINTER.COM.BR	20/06/2020

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

UNIVERSIDADEDACERAMICA.COM.BR	16/10/2020
MINERACAOPORTOBELLO.COM.BR	09/06/2021

DOMÍNIOS GODADDY

Nome de Domínio ▲	Status	Expira em
archives.design ...	Ativo	10/11/2019
archtrends.com ...	Ativo	08/01/2020
officinaportobello.com ...	Ativo	29/05/2022
portobello.us ...	Ativo	27/12/2019
portobelloamerica.com ...	Ativo	24/02/2020
portobellous.com ...	Ativo	09/10/2019

Não há no momento nenhum evento que possa resultar na perda dos domínios.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 157.730 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Parque fabril c/1.000.000 m2 de terrenos e 48.859 m2 de área construída	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BELPOINT	13/09/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER INTERNACIONAL	09/09/2024	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO	08/09/2022	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO INTERNACIONAL	05/03/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER	06/03/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	CARGA PESADA	06/03/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO SHOP	06/02/2028	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTOBELLO SHOP MISTA	26/06/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	EMPORIO PORTOBELLO	20/07/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Brasileira de Ceramica S.A.	20.465.785/0001-85	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Fabricação e comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados	99,910000
				Valor mercado				
31/12/2018	46,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	3.097.248,16		
31/12/2017	73,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	27,570000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Mineração Portobello Ltda.	83.713.495/0001-23	-	Coligada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,760000
				Valor mercado				
31/12/2018	142,580000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	832.558,65		
31/12/2017	238,420000	0,000000	0,00					
31/12/2016	181,120000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	05.876.012/0001-06	-	Coligada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmico	99,940000
				Valor mercado				
31/12/2018	173,040000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	10.267.676,42		
31/12/2017	825,080000	0,000000	0,00					
31/12/2016	128,220000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello América, Inc – USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comércio de revestimentos cerâmico	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	110,070000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-74.534.403,32		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

31/12/2017	101,610000	0,000000	0,00					
------------	------------	----------	------	--	--	--	--	--

31/12/2016	16,350000	0,000000	0,00					
------------	-----------	----------	------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	"Comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados"	99,900000
---------------------	--------------------	---	------------	--------	----	---------	---	-----------

Valor mercado								
31/12/2018	0,000000	0,000000	28.405.826,64	Valor contábil	31/12/2016	479.520,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	32.561.432,25					
31/12/2016	0,000000	0,000000	15.909.028,03					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios. O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados. A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,3% e 12,7%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial “Polo Ativo” e o crédito referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS”. Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de 10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A ano de 2017 encerra com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de market share da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

O ano de 2016 encerra um período de intensa turbulência no mercado. A forte deterioração da atividade econômica no país e alta volatilidade do Dólar criaram um cenário desafiador e imprevisível, no qual a Companhia pôde mostrar a resiliência de sua estrutura e força dos diferenciais competitivos. A receita líquida em 2016 somou R\$ 1 bilhão, praticamente igual a 2015. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 8% no ano de 2016. E a Anfacer mostrou queda de 14% nos volumes de vendas de revestimento cerâmico no mercado interno, a pior retração já registrada pelo setor não só pela intensidade da queda, mas também pela sua rapidez. Neste contexto, nossa receita no mercado interno caiu 5%, enquanto o volume cresceu 4%, evidenciando a capacidade da Companhia em mitigar os impactos da retração do consumo. No mercado externo, o aumento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 3% foi impactado pelo aumento das taxas de câmbio no primeiro semestre, uma vez que as vendas em Dólar não sofreram variação. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 115 milhões e o lucro líquido R\$ 2 milhões em 2016. A Companhia também avançou com o plano de revisão de sua estrutura de custos e despesas e retomada da lucratividade. Em 2016, foi realizada otimização de gastos com consultoria especializada através da metodologia de Orçamento Base Zero. Os ganhos já realizados nos últimos meses de 2016 foram na ordem de R\$ 4 milhões. Ao longo do ano, também houve a diminuição de R\$ 37 milhões no endividamento líquido, que alcançou o menor montante desde junho de 2015.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 158.488.517 ações ordinárias escriturais atualmente.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra “c” a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e de parcelamento de tributos, subtraído do montante de caixa e equivalentes, e dos créditos com a Refinadora Catarinense (vide letra “f” a seguir).

O capital é constituído de 158.488.517 ações ordinárias, e atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, corresponde no consolidado a 57% em 2018, 59% em 2016 e 66% em 2015.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, “o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação”. A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acionistas e à Companhia. Entretanto não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA atingido de cerca de R\$ 288.013 em 2018 frente aos compromissos financeiros contratados (de R\$ 189.017 em 2017, e R\$ 115.312 em 2016). A relação Dívida Líquida / EBITDA é de 1,64 vezes (2,09 em 2017 e 4,03 em 2016), indicando que o caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses e linhas de financiamento de longo prazo, significativamente para investimentos em expansão, que financiaram a construção da unidade fabril em Alagoas.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, que em 2018 corresponde a 57% com 2 p.p. inferiores em relação a 2017:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos	594.345	512.384	585.472	595.637	513.561	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	63.930	76.259	78.662	64.367	76.774	79.199
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(67.580)	(78.756)	(100.085)	(82.624)	(94.379)	(105.745)
Créditos com outras pessoas ligadas	(97.941)	(94.651)	(89.423)	(97.941)	(94.651)	(89.423)
Aplicações Financeiras	(7.251)	(6.938)	(6.451)	(7.251)	(6.938)	(6.451)
Dívida líquida	485.503	408.298	468.175	472.188	394.367	464.241
Total do patrimônio líquido	362.108	285.048	238.448	362.120	285.048	238.459
Total do capital	847.611	693.346	706.623	834.308	679.415	702.700
Índice de alavancagem financeira (%)	57	59	66	57	58	66

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro proveem de diversas instituições financeiras onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures no montante de R\$ 296 milhões contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste no total de R\$ 64 milhões, investidos na planta fabril de Alagoas;
- (iii) Benefício de R\$ 33 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2.251 mil;
- e (v) cerca de R\$ 134 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma emissão de R\$ 296 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia é composto por parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 64,3 milhões e por debêntures, financiamentos de equipamentos, capital de giro e exportações no montante de R\$ 595,6 milhões. Ao longo do ano, houve a diminuição de R\$ 70 milhões no endividamento líquido. O saldo do endividamento bruto está dividido em 17% com vencimento no curto prazo e 83% no longo prazo, totalizando R\$ 660 milhões.

Endividamento	2016	2017	2018
Endividamento Bancário	586.661	513.561	595.637
Endividamento Tributário	79.199	76.774	64.367
(=) Total de Endividamento	665.860	590.335	660.004
Disponibilidades e títulos e valores imobiliários	(112.196)	(101.317)	(89.875)
Créditos com Refinadora Catarinense	(89.423)	(94.651)	(97.941)
(=) Total do Endividamento líquido	464.241	394.367	472.188
EBITDA (últimos 12 meses)	115.312	189.017	288.013
Dívida líquida / EBITDA	4,03	2,09	1,64

A Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já se transformaram em precatório. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Moeda	Venci- mentos	Encargos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante						
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	-	351	782
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a. ¹	9.796	9.798	9.801
NCE (b)	R\$	nov-21	8,43% a.a. ¹	42.002	-	14.387
NCE (b)	R\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	7.947	37.954	88.543
PRODEC (c)	US\$	mai-22	4,00% a.a. ¹	14.145	2.071	4.083
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,91% a.a.+VC	13.270	20.489	10.897
DEG (e)	R\$	out/21	7,68% a.a. ¹	12.179	17.133	10.161
FINAME (f)	US\$	ago-23	3,00% a.a.	421	10.460	10.394
Debêntures 1ª série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	976	422	422
Debêntures 2ª série (g)	US\$	jun-23	9,29% a.a.+VC	985	-	21.779
Pré-pagamento	R\$	mai-18	0,00% a.a.	-	18.708	10.298
Arrendamento financeiro	R\$	mai-18	0,00% a.a. ¹	-	29.016	15.457
Total do circulante			7,81% a.a.¹	101.721	146.402	197.004
Total moeda nacional				81.595	133.871	160.748
Total moeda estrangeira				20.126	12.531	36.256
Não circulante						
Capital de Giro	R\$		8,00% a.a.	1.292	1.177	1.189
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	-	-	349
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	53.792	63.573	73.353
NCE (b)	R\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	67.944	85.278	42.221
NCE (b)	US\$	mai-18	8,43% a.a.+VC	15.759	-	2.037
PRODEC (c)	R\$	nov-21	4,00% a.a. ¹	18.240	25.848	34.386
FINEP (d)	R\$	mai/21	7,91% a.a. ¹	18.590	31.721	20.739
DEG (e)	US\$	out-21	7,68% a.a.+VC	23.249	29.772	39.109
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.392	1.811	2.230
Debêntures 1ª série (g)	R\$	nov-22	8,73% a.a.	146.829	71.782	89.619
Debêntures 2ª série (g)	R\$	nov-20	9,29% a.a.	146.829	56.197	84.425
Total do não circulante			7,81% a.a.¹	493.916	367.159	389.657
Total moeda nacional				454.908	337.387	348.511
Total moeda estrangeira				39.008	29.772	41.146
Total Geral			7,81% a.a.¹	595.637	513.561	586.661
Total moeda nacional				536.503	471.258	509.259
Total moeda estrangeira				59.134	42.303	77.402

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias	
		Desembolso	Vencimento						
(a)	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos	
<p>Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418.</p>									
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis da PBG SA no valor de 30% do saldo devedor do	
		Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda 3X) de "covenants" que foram cumpridas.							
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do	
		jun-18	jun-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Clean	
		jun-18	mai-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 25% do saldo devedor do	
jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.			
jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12				
(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda 3X) de "covenants" que foram cumpridas.									
(c)	PRODEC	-	-	-	48	Bullet	Bullet	-	
<p>(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,06% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.</p>									
(d)	Finep	jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária	
<p>Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de R\$ 32.064.</p>									
(e)	DEG - Deutsche Investitions	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias	
<p>Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda <3X/Liquidez Corrente> 1,1) de "covenants" que foram respeitadas em MAR18 e foram cumpridas.</p>									
(f)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos	
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24		
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25		
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26		
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18		
(g)	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	36	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	60	Semestral	48	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
	<p>Em 15 de Junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e repêrtilamento de outros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda 3X) de "covenants" que foram cumpridas.</p>								

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia prevê em estatuto a aprovação do Conselho de Administração para contratações de linhas de financiamento acima de R\$ 20 milhões, e segue cumprindo essa determinação.

O contrato com o DEG - Deutsche Investitions já mencionado acima, possui cláusulas de covenants, e que em 31 de dezembro de 2018 estavam sendo atendidos, porém, a Companhia possui a Waiver do período mencionado e manteve o saldo no não circulante. A emissão das debêntures também está vinculada contratualmente a cláusulas de covenants, e não apresentaram quebra no encerramento deste exercício. Ademais não existem outras restrições.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com mais de R\$ 83 milhões em caixa. Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 63.588, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 96.819.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31/12/18 X 31/12/16	31/12/18 X 31/12/17	31/12/17 X 31/12/16
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	82.624	94.379	105.745	5%	8%	9%	-22%	-12%	-11%
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Contas a receber de clientes	239.463	218.412	215.379	15%	17%	17%	11%	10%	1%
Estoques	213.791	179.323	185.880	13%	14%	15%	15%	19%	-4%
Adiantamentos a fornecedores	7.385	5.136	2.637	0%	0%	0%	180%	44%	95%
Tributos a recuperar	9.574	11.872	14.062	1%	1%	1%	-32%	-19%	-16%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	627	4.050	5.017	0%	0%	0%	-88%	-85%	-19%
Outros	10.403	9.451	6.649	1%	1%	1%	56%	10%	42%
	563.867	522.623	535.369	35%	42%	43%	5%	8%	-2%
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas	97.941	94.651	89.423	6%	8%	7%	10%	3%	6%
Depósitos judiciais	116.980	93.501	81.742	7%	7%	7%	43%	25%	14%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	32.208	1%	1%	3%	-60%	0%	-60%
Tributos a recuperar	9.640	6.407	6.124	1%	1%	0%	57%	50%	5%
Ativo Judicial	317.506	46.491	26.735	20%	4%	2%	1088%	583%	74%
Ativo atuarial	9.675	5.758	4.369	1%	0%	0%	121%	68%	32%
Aplicações financeiras vinculadas	7.251	6.938	6.451	0%	1%	1%	12%	5%	8%
Outros	7.256	2.359	795	0%	0%	0%	813%	208%	197%
	579.070	268.926	247.847	36%	21%	20%	134%	115%	9%
Investimentos									
Imobilizado	298	298	243	0%	0%	0%	23%	0%	23%
Intangível	458.331	440.595	433.348	28%	35%	35%	6%	4%	2%
	20.589	19.566	20.553	1%	2%	2%	0%	5%	-5%
	479.218	460.459	454.144	30%	37%	37%	6%	4%	1%
	1.058.288	729.385	701.991	65%	58%	57%	51%	45%	4%
Total do ativo	1.622.155	1.252.008	1.237.360	64%	79%	100%	31%	30%	1%

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 83 milhões em 31 de dezembro de 2018, 12% menor que no mesmo período de 2017.

Aplicações financeira vinculadas

Em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras vinculadas encontrasse com saldo zero, pois no período de 2016 o valor de R\$ 100 milhões foi integralmente resgatado quando ocorreu a liberação após o registro dos gravames escritos nas garantias vinculadas aos contratos das Debêntures.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber houve um acréscimo de 10% do ano de 2018 no mesmo período de 2017. As variações observadas no saldo de contas a receber de clientes decorrem do aumento de prazos médios, com ênfase no aumento da participação da nova marca, com prazos maiores em função do *ramp up*, também refletida nas vendas do período. Os prazos médios de recebimento em dias de ROL, considerando o montante de contas a receber líquido de adiantamento foram de 82 dias para as vendas realizadas em 2018, foram de 72 dias para as vendas realizadas em 2017, 70 em 2016.

Estoques

Aumento de 19% nos estoques entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017 houve um acréscimo pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos. Os prazos de renovação dos estoques em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 representavam de 119, 106 e 102 dias respectivamente.

Adiantamento a fornecedores

Houve uma variação de 44% no saldo dos adiantamentos a fornecedores em 2018 comparado com 2017, e no ano de 2017 houve um acréscimo de 95% para 2016.

Tributos a recuperar

A valor de queda 19% entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017, permanece a mesma variação do ano de dezembro de 2017 e dezembro de 2016, não havendo mudança nesta conta do ativo.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 2017, o saldo da conta de impostos de renda e contribuição social a recuperar atingiu o montante de R\$ 4 milhões que passou a ser compensado a partir de 2018. Em dezembro de 2018, permaneceu um saldo de R\$ 627. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

Outros

Um acréscimo de 10% em 31 de dezembro de 2018 em grande parte refere-se ao valor justo dos ganhos e perdas das operações de Swap.

Créditos com outras pessoas ligadas

A variação entre os saldos de 2018, 2017 e 2016 refere-se principalmente à atualização dos recebíveis.

Depósitos judiciais

Um acréscimo de 25% entre 2018 e 2017, referente a 2017 e 2016 que teve a variação de 14%. Os depósitos judiciais têm o objetivo de garantir o julgamento de ações que a Companhia mantém provisão para contingência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Recebíveis da Eletrobrás

A redução de 60% no saldo de 2017 corresponde ao ajuste realizado após o transito em julgado do processo de liquidação de sentença. A Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. O saldo contábil foi novamente revisado e baixado em 2017, sendo que R\$ 11.294 eram atualizações (revertidas contra o resultado financeiro) e R\$ 8.092 reconhecidos em outras despesas operacionais. E partir desta data não houveram mais atualizações.

Tributos a recuperar

Entre o ano de 2018 e 2017 houveram uma variação de 50% de um ano para outro, a variação referia-se a créditos extemporâneos de PIS/COFINS/IPI e ICMS.

Ativos tributários

O aumento de 583% em 2018 para o ano de 2017 refere-se à atualização monetária, mais os ganhos nos processos judiciais o Polo Ativo, registrado no segundo trimestre de 2018 e o Expurgo do ICMS da Base de cálculo do PIS e COFINS no quarto trimestre de 2018.

Ativo atuarial

O ativo atuarial decorrente do plano de benefício definido concedido aos empregados apresentou uma variação positiva de 68% em 2018, pois neste período o plano apresentou um aumento do *superávit*, uma vez que o aumento das obrigações diminuiu o crescimento dos ativos do plano. Ao longo do ano, as obrigações atuariais aumentaram em função da redução da taxa de juros para atualização das obrigações a conceder. A avaliação atuarial é realizada por atuários independentes.

Imobilizado e Intangível

O imobilizado em 2018 apresenta aumentou 4 % referente ao ano de 2017, decorrente do plano de investimentos e no mesmo período no ano de 2017 comparado a 2016 ocorreu a mesma variação.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018 no ativo intangível houve um aumento de 5% referente ao ano de 2017 corresponde à inovação digital.

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31/12/18 X 31/12/16	31/12/18 X 31/12/17	31/12/17 X 31/12/16
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	124.874	114.569	102.929	8%	9%	8%	21%	9%	11%
Cessão de crédito fornecedores	45.956	35.127	21.522	3%	3%	2%	114%	31%	63%
Empréstimos e financiamentos	101.721	146.402	197.004	6%	12%	16%	-48%	-31%	-26%
Empréstimos e financiamentos	99.760	98.678	171.249	6%	8%	14%	-42%	1%	-42%
Debêntures	1.961	47.724	25.755	0%	4%	2%	-92%	-96%	85%
Parcelamento de obrigações tributárias	10.793	14.126	9.857	1%	1%	1%	9%	-24%	43%
Impostos, taxas e contribuições	4.738	15.273	15.020	0%	1%	1%	-68%	-69%	2%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.315	1.758	311	1%	0%	0%	3217%	487%	465%
Provisões para contingências	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Adiantamentos de clientes	16.457	12.615	17.977	1%	1%	1%	-8%	30%	-30%
Obrigações sociais e trabalhistas	36.734	31.330	27.155	2%	3%	2%	35%	17%	15%
Provisão para participação nos lucros	1.264	4.289	-	0%	0%	0%	0%	-71%	0%
Dividendos a pagar	23.457	6.035	915	1%	0%	0%	2464%	289%	560%
Contas a pagar de investimentos	11.533	19.049	-	1%	2%	0%	0%	-39%	0%
Outros	16.226	13.737	16.465	1%	1%	1%	-1%	18%	-17%
	404.068	414.310	409.155	25%	33%	33%	-1%	-2%	1%
Não circulante									
Fornecedores	101.268	78.496	68.990	6%	6%	6%	47%	29%	14%
Empréstimos e financiamentos	493.916	367.159	389.657	30%	29%	31%	27%	35%	-6%
Empréstimos e financiamentos	200.258	239.180	215.613	12%	19%	17%	-7%	-16%	11%
Debêntures	293.658	127.979	174.044	18%	10%	14%	69%	129%	-26%
Provisões para contingências	139.605	28.214	51.195	9%	2%	4%	173%	395%	-45%
Provisão para incentivo de longo prazo	162	1.935	7.312	0%	0%	1%	-98%	-92%	-74%
Plano de previdência privada	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.965	14.186	3.250	0%	1%	0%	-40%	-86%	336%
Parcelamento de obrigações tributárias	53.574	62.648	69.342	3%	5%	6%	-23%	-14%	-10%
Outros	65.477	-	-	4%	0%	0%	0%	0%	0%
	855.967	552.638	589.746	53%	44%	48%	45%	55%	-6%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos									
Capital social realizado	140.000	130.000	119.565	9%	10%	10%	17%	8%	9%
Reserva legal	18.426	18.426	15.219	1%	1%	1%	21%	0%	21%
Lucros a disposição da AGO	217.534	140.794	105.910	13%	11%	9%	105%	55%	33%
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.852)	(4.172)	37.060	-1%	0%	3%	-137%	232%	-111%
Outros resultados abrangentes	-	-	(39.306)	0%	0%	-3%	-100%	0%	-100%
	362.108	285.048	238.448	22%	23%	19%	52%	27%	20%
Participação dos não controladores	12	12	11	0%	0%	0%	9%	0%	9%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.622.155	1.252.008	1.237.360	100%	100%	100%	31%	30%	1%

Fornecedores

As variações no saldo de fornecedores entre 2018, 2017 e 2016, mantiveram-se nos níveis esperados pela Companhia. No longo prazo refere-se exclusivamente a provisão para pagamento do fornecedor de gás natural.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 31% do saldo em 2018, reflexo de uma maior adesão ao serviço oferecido. A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Empréstimos e financiamentos

Em 2018 houve um acréscimo do saldo de empréstimos e financiamentos em 4% (somados passivo circulante, não circulante e debêntures) ainda deriva da emissão de debêntures realizadas pela companhia este ano a fim de preservar sua liquidez financeira. Destaca-se o alongamento do perfil de endividamento da Companhia. O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados pró-rata.

Parcelamento de obrigações tributárias

A redução do saldo desta rubrica, considerando a soma do circulante e não circulante, decorre da quitação normal das parcelas, sendo a variação negativa entre 2018 e 2017 de 38%, 2017 e 2016 variação positiva de 33%.

Impostos, taxas e contribuições

O decréscimo de 69% para 2018 para 2017. No mesmo período de 2017 a 2016 houve um acréscimo de 2% que se refere ao incremento da carga tributária dos impostos estaduais nesse período.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social a recolher atingiu o montante de R\$ 10.315, reflexo da lucratividade. Em 2017, o montante R\$ 1.758 reduziu devido a menor lucratividade obtida pela Companhia.

Provisões para contingências

Em 2018 o saldo de provisões para contingências considerando os montantes no passivo circulante e não circulante aumentaram 395% referente ao mesmo período de 2017 em razão das provisões referentes ao processo tributária judicial "Polo Ativo"

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são referentes a uma modalidade de venda em que o produto só é entregue após o pagamento de 50% do valor da compra. A prática diminui assim o risco financeiro. No ano de 2018 houve uma variação de positiva de 30% para o mesmo período de 2017.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 2018 houve um aumento de 17% do montante de ordenados e salários a pagar e às provisões de férias reconhecidas no período. A entre 2017 e 2016 houve uma variação positiva de 15% .

Provisão para participação nos lucros

Em 2018 houve a provisão do montante R\$ 1.264, pois foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento. O crescimento entre os períodos de 2017 e 2016 é resultado da melhora na lucratividade e ótimo desempenho dos indicadores do exercício de 2017 quando comparado ao de 2016. Em 2016 não houve provisão para participação nos lucros devido ao não atingimento das metas e índices para distribuição da remuneração aos funcionários.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para incentivo de longo prazo

A redução de 92% em 2018 (menos 74 % em 2017 se comparado com 2016) reflete os resultados da companhia no período. O programa de meritocracia foi criado em 2012, cujo objetivo é atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na empresa, alinhando os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular a permanência nos cargos.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

Contas a pagar de investimentos

O saldo da rubrica refere-se aos investimentos realizados com a planta fabril em Tijucas, Marechal Deodoro, nas lojas próprias e novos negócios no período de 2018.

Outros

Os outros passivos circulantes apresentaram diminuição de 18% em 2018. No período de 2016 x 2015 houve uma diminuição de 17%.

Capital social realizado

Em abril de 2018, a companhia aumentou o capital social em R\$ 10 milhões, R\$ 10 milhões em 2017 e R\$ 20 milhões em 2016. Os acréscimos foram realizados a fim de capitalizar o lucro da companhia. Ambas as movimentações foram aprovadas pelas AGE de 38 de abril de 2018, 30 de abril de 2017 e 30 abril de 2016 respectivamente e não provocaram alteração na quantidade total de ações.

Reserva legal

Foi destinado à reserva legal 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de 2018, bem como em 2017 e 2016, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

Lucros a disposição da AGO

Após as destinações obrigatórias previstas na lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, foi alocado a esta rubrica o montante de lucro do exercício social de 2018 a ser destinado após deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A proposta da Administração para destinação está nos documentos em anexo (instrução nº 481, artigo 9).

Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. A variação do saldo negativa dessa rubrica refere-se a realização da reserva de reavaliação e variação cambial.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros resultados abrangentes

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré-lei 11.638) este registro acontecia no resultado. Nesta rubrica também estão registrados os ganhos e perdas atuariais relativas ao fundo de previdência dos funcionários da Companhia.

Demonstração de Resultado	Consolidado				% da Receita		% da Variação		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	2018 x 2016	2018 x 2017	2017 x 2016
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.054.190	1.023.937	1.016.400	100%	100%	100%	4%	3%	1%
Custo dos produtos vendidos	(648.590)	(606.917)	(653.198)	-62%	-59%	-64%	-1%	7%	-7%
Lucro operacional bruto	405.600	417.020	363.202	38%	41%	36%	12%	-3%	15%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(285.619)	(246.510)	(250.744)	-27%	-24%	-25%	14%	16%	-2%
Gerais e administrativas	(45.458)	(35.877)	(37.155)	-4%	-4%	-4%	22%	27%	-3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	169.881	14.373	505	16%	1%	0%	33540%	1082%	2746%
	<u>(161.196)</u>	<u>(268.014)</u>	<u>(287.394)</u>	<u>-15%</u>	<u>-26%</u>	<u>-28%</u>	<u>-44%</u>	<u>-40%</u>	<u>-7%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	244.404	149.006	75.808	23%	15%	7%	222%	64%	97%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	11.218	24.892	31.093	1%	2%	3%	-64%	-55%	-20%
Despesas financeiras	(68.534)	(92.896)	(116.868)	-7%	-9%	-11%	-41%	-26%	-21%
Variação cambial líquida	9.225	(10)	4.080	1%	0%	0%	126%	-92350%	-100%
	<u>(48.091)</u>	<u>(68.014)</u>	<u>(81.695)</u>	<u>-5%</u>	<u>-7%</u>	<u>-8%</u>	<u>-41%</u>	<u>-29%</u>	<u>-17%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc	196.314	80.992	(5.887)	19%	8%	-1%	-3435%	142%	-1476%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(20.418)	(10.239)	(9.236)	-2%	-1%	-1%	121%	99%	11%
Diferido	(41.584)	(6.583)	17.265	-4%	-1%	2%	-341%	532%	-138%
	<u>(62.002)</u>	<u>(16.822)</u>	<u>8.029</u>	<u>-6%</u>	<u>-2%</u>	<u>1%</u>	<u>-872%</u>	<u>269%</u>	<u>-310%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	134.312	64.170	2.142	13%	6%	0%	6170%	109%	2896%
Lucro líquido do exercício	134.312	64.170	2.142	13%	6%	0%	6170%	109%	2896%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	134.282	64.136	2.125	13%	6%	0%	6219%	109%	2918%
Participação dos não controladores	30	34	17	0%	0%	0%	76%	-12%	100%

Receita operacional líquida

Em 2018 a receita manteve um desempenho praticamente igual ao ano anterior, e no 2017 a receita operacional líquida de vendas aumentou 1%, referente ao ano de 2016.

Lucro operacional bruto

Em 2018 o lucro bruto diminuiu de 3% referente ao ano de 2017, é reflexo do custo fabril, evidenciando pela eficiência de custo frente a inflação, aumento dos consumos físicos e energéticos.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 285 milhões, sendo 16% maiores do que em 2017. Este aumento deu-se em função do desenvolvimento de novos negócios, aumento no número de lojas próprias, operações nos EUA, ampliação da rede logística, além da reorganização da Companhia para alcançar posicionamento, intensificando sua atuação no varejo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 45 milhões, apresentando crescimento de 27%, decorrente da preparação da estrutura para atender a expansão de novos negócios e inovação digital

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos

As outras receitas (despesas) operacionais somaram em 2018 o valor de R\$170 milhões. Estes valores incorporaram os ganhos nos processos judiciais o Polo Ativo - Crédito Prêmio do IPI e o Expurgo de ICMS da base cálculo do PIS e da COFINS.

Resultado financeiro

O resultado financeiro de 2018 foi uma despesa de R\$ 48 milhões. Já em 2017 foram R\$ 68 milhões de despesa (R\$ 82 milhões em 2016), onde grande parte é reflexo da variação cambial, fruto da valorização do dólar e aumento do custo financeiro da dívida.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2018 foi de R\$ 134 milhões, valor significativamente superior a qualquer período anterior. Deve-se em grande parte aos ganhos judiciais, refletindo os esforços da administração no atingimento dos resultados almejados.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados à construção civil. Estes produtos são parte de produção própria e parte de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição.

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno

São quatro os canais de distribuição:

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“*home centers*”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharias – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Varejo Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 142 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

Pointer – A marca Pointer foi concebida para atender um público específico, com portfólio exclusivo e focado principalmente no mercado do norte e nordeste brasileiro, e permitirá à Companhia atuar em um novo segmento com boas perspectivas de crescimento. A combinação das duas marcas, Portobello e Pointer, vislumbra um potencial importante de desenvolvimento do negócio, ampliando a atuação da Companhia diferentes posicionamentos de mercado.

Mercado Externo

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em aproximadamente 71 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações em 2018 foram Argentina, Paraguai, Chile, Austrália, Bolívia, U.S.A., México, Colômbia, Uruguai, Bélgica, África do Sul e Canadá.

As exportações representaram 18% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional aliada as taxas de câmbio. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2018		2017		2016	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	868.678	82%	840.999	82%	864.858	85%
Mercado externo	185.512	18%	182.938	18%	151.542	15%
	<u>1.054.190</u>		<u>1.023.937</u>		<u>1.016.400</u>	

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios. O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados. A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,3% e 12,7%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial “Polo Ativo” e o crédito referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS”. Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A Companhia encerra 2017 com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

O ano de 2016 encerra um período de intensa turbulência no mercado. A forte deterioração da atividade econômica no país e alta volatilidade do Dólar criaram um cenário desafiador e imprevisível, no qual a Companhia pôde mostrar a resiliência de sua estrutura e força dos diferenciais competitivos. A receita líquida em 2016 somou R\$ 1 bilhão, praticamente igual a 2015 mesmo com a pior retração já registrada pelo setor não só pela intensidade da queda, mas também pela sua rapidez. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 115 milhões e o lucro líquido R\$ 2 milhões em 2016. A Companhia também avançou com o plano de revisão de sua estrutura de custos e despesas e retomada da lucratividade. Além disso, continua em andamento o plano de otimização e adequação da fábrica e marca Pointer com foco na região Nordeste. Na produção, as ações estão direcionadas para melhora da ocupação e eficiência produtiva, redução de perdas, melhoria da qualidade e desenvolvimento de novos fornecedores. Na área comercial, o foco é mantido no varejo, engenharia e exportação. Apesar de apresentar um *ramp up* mais lento do que o previsto, devido ao cenário econômico difícil e mais sensível no Nordeste, em 2016 o novo negócio colaborou com o incremento das vendas do período.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida do mercado interno representou 82% do total, a receita subiu 3,3% em relação a 2017, acompanhando a retração do mercado. De acordo com a ABRAMAT, o mercado interno de acabamento no ano de 2018 apresentou um aumento de 1,2% (deflacionado) no faturamento bruto.

No mercado externo, as variações foram influenciadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2018, a receita cresceu 1% em relação a 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente neutralizados pelos esforços buscando ganhos de produtividade.

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, conforme abaixo:

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	51.214	52.785	43.969	51.214	52.785	43.969
Conta corrente	5.470	3.806	1.186	5.470	3.806	1.186
Créditos com controladas	84.255	67.728	66.727	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(74.534)	(67.717)	(66.647)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(6.896)	(9.718)	(9.317)	(6.896)	(9.718)	(9.317)
Contas a pagar, de investimentos	(8.793)	(12.392)	-	(8.793)	(12.392)	-
Empréstimos e financiamentos	(59.134)	(42.303)	(77.402)	(59.134)	(42.303)	(77.402)
(-) Operação Swap	23.706	-	21.778	23.706	-	21.778
Passivos líquidos expostos	15.288	(7.811)	(19.706)	5.567	(7.822)	(19.786)

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	euro	338	317	367	338	317	367
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(1.592)	(541)	(282)	(1.592)	(541)	(282)
		(1.254)	(224)	85	(1.254)	(224)	85
Contas a receber	dolar	12.811	12.659	9.887	12.811	12.659	9.887
Conta corrente	dolar	1.412	1.150	364	1.412	1.150	364
Créditos com controladas	dolar	21.744	20.474	20.474	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(18.770)	(20.471)	(20.448)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(2.268)	(2.288)	(2.567)	(2.268)	(2.288)	(2.567)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(9.148)	(12.788)	(23.750)	(9.148)	(12.788)	(23.750)
(-) Operação Swap	dolar	-	-	19.624	-	-	19.624
		5.781	(1.264)	3.584	2.807	(1.267)	3.558

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, dado que a Companhia não fez alterações de segmentos operacionais nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos dessa natureza.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de abril de 2018 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 10.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 130.000 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2017 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 10.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 119.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2016 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 20.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 99.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica, dado que todas as alterações em virtude da adequação aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e a adaptação aos Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS), ocorreram nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, dado que não ocorreram mudanças significativas nas praticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidação

1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 é : Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto,

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

4 Ativos Financeiros

4.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, e outras contas a receber.

4.2 Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

4.3 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

4.4 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

4.5 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

4.6 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

4.7 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

5 Passivos financeiros

5.1 Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

5.2 Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

5.4 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobras são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contabilidade de Justiça Federal. Até julho de 2014 o valor era atualizado por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano, quando a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para impairment, caso exista algum indicador de perda.

10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

a. **Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

14 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

16 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

17 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio.

18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

20 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

II) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

1) Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

21 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme contrato.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) **Auto de infração**

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação.

f) **Ativos fiscais**

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv) Contratos de construção não terminada**
- v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica, visto que as operações que não estão registradas no balanço patrimonial foram evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes os últimos três exercícios sociais.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item 10.6 (b), os passivos contingentes referem-se a processos de natureza cível e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8 - Plano de Negócios

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios estão previstos investimentos da ordem de R\$ 149 milhões, sendo R\$ 123 milhões ao longo de 2019, e R\$ 26 milhões em 2020.

A Companhia pretende investir R\$ 123 milhões ao longo de 2019 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão.

Do montante previsto para investimento em 2019, cerca de 49% destina-se ao projeto de ampliação e modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), no qual cerca de R\$ 56,8 milhões serão reservados para aquisição de máquinas e equipamentos novos, R\$ 2,38 milhões para melhorias do parque fabril e R\$ 1 milhão para atualizações fabris de segurança. Adicionalmente 12% será destinado a expansão da Portobello Shop, 13% para novos negócios, 12% para iniciativas comerciais e logística e 14% em outras iniciativas.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os fluxos de desembolso financeiro para os investimentos estão equilibrados com a geração de caixa das operações, e a retenção de lucros do exercício de 2018 proposta a ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, dado que o último caso dessa natureza ocorreu em 2015, quando foi inaugurada a nova fábrica em Alagoas, o motor da marca Pointer.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 6,4 milhões em 2019.

10.8 - Plano de Negócios

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) **Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Conforme divulgado nos itens anteriores, a unidade fabril de Alagoas está atendendo o mercado no Nordeste através da marca Pointer.

- **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se aplica, pois todos os fatores já foram comentados acima.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Não foram divulgadas novas projeções, bem como, não houve substituição, dado que as projeções divulgadas anteriormente já foram realizadas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Não se aplica, dado que não foram divulgadas novas projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria será de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- c) Eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- d) Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- e) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 do Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- f) Fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- g) Atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 37;
- h) Fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- i) Analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- j) Deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- k) Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- l) Propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- o) Deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social;
- p) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- q) Submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- r) Aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- s) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- t) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- u) Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- v) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- w) Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- x) Realizar operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;
- y) Deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil; e
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social.
- aa) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de Companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

bb) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenham por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
- as repercussões da oferta pública da aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Compete à Diretoria, como colegiado:

a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

b) Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;

c) Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;

d) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

e) Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;

f) Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no País;

g) Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;

h) Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;

i) Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

j) Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

k) Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

l) Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;

m) Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e

n) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia atua em caráter permanente.

c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicado. A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações de Relações com Investidores

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

e) Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração. Já a diretoria, é avaliada com base no gerenciamento pelas diretrizes.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência à convocação.

b) Competências

Compete privativamente à assembleia-geral:

I - reformar o estatuto social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59;

V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);

VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias;

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e

IX - Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata”.

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá preencher e enviar o Boletim conforme as opções seguintes:

(a) Envio ao Escriturador:

Nome: Itaú Corretora de Valores S.A.

Endereço físico: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar

Endereço eletrônico: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Telefone:

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Pessoa para contato: Não tem uma pessoa específica.

(b) Envio diretamente à Companhia

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Companhia, ao Endereço Postal: Rodovia BR 101, KM 163, Tijucas/SC - CEP 88200-000.

(i) via física original ou digitalização da via original do Boletim, devidamente preenchido, rubricado

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

e assinado; e

(ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais nos termos do art. 40 da Lei das S.A., para fins de comprovar sua qualidade de Acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e

(iii) digitalização da via original dos seguintes documentos:

a) para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista

b) para pessoas jurídicas:

- Último Estatuto ou Contrato Social consolidado, e os documentos societários que comprovem a Representação legal do acionista; e

- Documento de Identidade com foto do representante legal.

c) Para Fundos de Investimento:

- Último Regulamento consolidado do Fundo;

- Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observados a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;

e

- Documento de identidade com foto do representante legal.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta uma política para administração de conflitos de interesses.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada na Companhia para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite outorga de procuração por meio eletrônico prescindindo de firma reconhecida, desde que seja encaminhado por endereço fidedigno.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561/2015, a PBG S/A. adotou, pela primeira vez, a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância, na Assembleia Geral Ordinária de 2017.

No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

(i) via física original ou digitalização da via original do Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais nos termos do art. 40 da Lei das S.A., para fins de comprovar sua qualidade de Acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(iii) digitalização da via original dos seguintes documentos:

a) para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista

b) para pessoas jurídicas:

- Último Estatuto ou Contrato Social consolidado, e os documentos societários que comprovem a Representação legal do acionista; e
- Documento de Identidade com foto do representante legal.

c) Para Fundos de Investimento:

- Último Regulamento consolidado do Fundo;
 - Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observados a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- e

Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia. Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação a distância próprio, porém utiliza as prerrogativas da Instrução CVM nº 561/2015 para viabilizar o processo de voto à distância.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância relativo às Assembleias Gerais Ordinárias, a partir de 2017, é necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Rodovia BR 101, KM 163, Tijucas/SC - CEP 88200-000, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico dri@portobello.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração em Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração eleitos pelo bloco de acionistas controladores exercerão seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo representante do bloco de acionistas controladores de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento do Acordo de Acionistas e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

A Companhia aderiu ao Novo Mercado em 2008 e, como requerido, firmou compromisso de resolução de conflitos através da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme o artigo 53 constante em seu estatuto social:

Artigo 53 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91	29/01/1959 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Não	0 0.00%
Ronei Gomes 691.383.119-68 Diretor Financeiro	11/07/1971 Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Relações com os Investidores	07/05/2020 07/05/2020	2 anos Sim	0 0.00%
Glauco José Côrte 003.467.999-53	19/03/1943 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim	0 0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Geraldo Luciano mattos Junior 144.388.523-15	08/03/1963 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Não	0 0.00%
Walter Roberto de Oliveira Longo 563.380.748-00	12/02/1951 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2018 30/04/2018	2 anos Não	0 0.00%
Marcos Gouvea de Souza 223.160.948-72	08/11/1948 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Não	0 0.00%
Nilton Torres de Bastos Filho 217.335.658-50	19/11/1976 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efeti	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim	0 0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Cláudio Avila da Silva	02/07/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2020	2 anos	0
179.169.099-87	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	28/04/2020	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria		Vice-Presidente e Diretor Vice-Presidente sem designação específica			
Cesar Gomes Junior	26/05/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2020	2 anos	0
305.583.019-91	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	28/04/2020	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria		Presidente e Vice- Presidente de operações			
Maro Marcos Hadlich Filho	28/09/1962	Conselho Fiscal	28/04/2020	1 ano	0
442.839.119-68	Advogado e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Maria Amalia Trevisol Muller	18/09/1965	Conselho Fiscal	28/04/2020	1 ano	0
683.167.129-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Jorge Muller	30/09/1964	Conselho Fiscal	28/04/2020	1 ano	0
518.027.679-91	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Haroldo Pabst	19/07/1942	Conselho Fiscal	28/04/2020	1 ano	0
131.643.339-00	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2020	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Carlos Eduardo Zoppello Brennand	01/04/1964	Conselho Fiscal	28/04/2020	1 ano	0
168.126.648-20	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2020	Não	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Eduardo Czenay Guitierrez	01/04/1980	Conselho Fiscal	28/04/2020	1 ano	0
003.623.319-60	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2020	Não	0.00%

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91

Formado em Administração de Empresas pela ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência), com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Grupo Portobello, com início em 1978, atuando em diversas áreas. Atualmente ocupa o cargo Vice-Presidente de Negócios da Portobello S.A.

Ronei Gomes - 691.383.119-68

tem 28 anos de experiência liderando as áreas de Finanças, TI e Supply Chain em grandes organizações globais de bens de consumo, tais como Reckitt Benckiser, Kraft Foods/Mondelez, British American Tobacco (Souza Cruz) e Mars, atuando em diversas posições locais, regionais e corporativas.

Ronei vem desempenhando posições de CFO nos últimos 15 anos, com foco em processos de transformação de negócios, melhoria de desempenho operacional/financeiro e desenvolvimento de equipes de alta performance.

Antes de se juntar a PBG, Ronei atuou na Reckitt Benckiser como Diretor Regional de Finanças e CFO América Latina Higiene & Cuidados com a Casa. Ronei trabalhou por 17 anos na Kraft Foods/Mondelez, desempenhando posições de liderança, tais como Diretor Financeiro Sênior e CFO América Latina Chocolate & Refeições, Diretor Financeiro Sênior e CFO Brasil, Diretor de Supply Chain Brasil, Direto Financeiro e CFO Andino, Diretor Financeiro/CFO e Relações com Investidores Peru.

Ronei atua como Membro do Conselho Consultivo da Universidade Unigranrio e também foi Conselheiro de Administração da K&S Alimentos, JV entre Kraft Foods e BRF.

Ronei é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina e completou Mestrado (MBA) em Finanças pela Universidade Fordham em Nova Iorque (EUA).

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda. Foi Presidente do Conselho de Administração da Celesc S/A e membro do Conselho de Administração da Santinvest S/A. É membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, do Conselho de Administração da Pedra Branca S/A. É membro do Conselho da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Presidente do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Confederação Nacional da Indústria (CNI). É Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC e dos Conselhos do SESI/SENAI/IEL.

Geraldo Luciano mattos Junior - 144.388.523-15

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, em 1985, graduou-se também em Direito, pela UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Entre 1977 e 1995, compôs o quadro Banco do Nordeste do Brasil, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até 1995. Ainda, exerceu a Presidência da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais-Seção Nordeste (ABAMEC), no período de 1995 e 1996. Foi Diretor Financeiro do Banco Equatorial. Em 2000, ingressou na M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice- Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores do Grupo M. Dias Branco S.A.

Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00

Graduado em Administração e especializado em marketing na Universidade da Califórnia (EUA). Atuou no setor de eventos e propaganda. Presidente da Wunderman Brasil e, posteriormente Presidente da TVA, empresa de TV por assinatura do Grupo Abril. Presidência da ABTA - Associação Brasileira de TV por Assinatura e posteriormente Presidente do Conselho. Presidente do Grupo Newcomm Bates, um dos maiores grupos de propaganda em nosso país composto por sete empresas especializadas em múltiplas ferramentas de comunicação. E posteriormente Mentor de Estratégia e Inovação, além de Presidente da Grey, onde permaneceu até março de 2016. Anteriormente era Presidente do Grupo Abril e Mentor de Estratégia e Inovação do Grupo Newcomm - holding de comunicação do Grupo WPP que inclui as agências Young & Rubicam, Wunderman, Grey Brasil, VML, entre outras. Atualmente empreendedor digital, palestrante internacional e sócio-diretor da Unimark Comunicação. E também é membro do Conselho da Sul América Grup MGB, Cacau Show, Neoway e do Comitê Digital do Hospital Albert Einstein.

Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72

Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, SP, foi professor da própria FGV e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Sócio-diretor da GS&MD, uma das maiores empresas de consultoria em varejo e consumo do país. É palestrante internacional e escritor. Membro do Conselho do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e do Ebeltoft Group que inclui 25 membros, representando 26 países. Foi executivo de empresas nacionais e internacionais de varejo, como o Grupo Fenícia, Lojas Arapuã, Sears e Dillard's. Participou, como dirigente, do quadro das seguintes instituições: Confederação Nacional dos Diretores Lojistas (CNDL); Associação Brasileira de Anunciantes (ABA); Conselho de Auto Regulamentação Publicitária (CONAR); e Associação Brasileira de Franchising (ABF). É presidente do LIDE Comércio e faz parte do Conselho da BFFC, empresa que reúne as marcas Bobs, KFC e Pizza Hut. É também sócio e diretor da Primetour e Primetravel, empresas que atuam no setor de turismo.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

MBA (especialização em finanças e operações) pela Stern School of Business da New York University (NYU) e Engenheiro Mecânico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Foi consultor, tendo trabalhado em projetos de estratégia e operações para: Editora Abril, Editora Ática Scipione, Klabin, TAM e outros. Foi Diretor Comercial e Diretor Industrial da Portobello S/A, e diretor da Portobello Shop S/A. Atualmente é Diretor de Planejamento da Lubrasil Lubrificantes Ltda.

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de SC, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul, e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás. É Diretor Vice-Presidente da Portobello S.A.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., é também membro do Conselho Consultivo da CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Portobello S/A.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). Foi professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amalia Trevisol Muller - 683.167.129-20

Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 168.126.648-20

Piloto de Helicóptero, exercício função de 1989 a 2009, atendendo Plataformas da Petrobrás e operando também como táxi aéreo. Ministra cursos sobre mercado de capitais.

Eduardo Czenay Guitierrez - 003.623.319-60

é formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente cursando MBA em Gestão Empresarial pela FGV. É administrador de uma Holding de Participações familiar, PBG Participações, atuando nos mercados Industrial, Imobiliário e Logístico. Membro do Conselho de Administração da GTT Soluções Tecnológicas S.A. Foi representante do Bloco de Controle Familiar da Empresa PBG S.A entre os anos de 2018 e 2020. Com perfil empreendedor já desenvolveu e participou em uma série de empreendimentos nas áreas de entretenimento, alimentação, comércio, esporte e tecnologia.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91 N/A	
Ronei Gomes - 691.383.119-68 N/A	
Glauco José Côrte - 003.467.999-53 N/A	
Geraldo Luciano mattos Junior - 144.388.523-15 N/A	
Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00 N/A	
Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72 N/A	
Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50 N/A	
Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87 N/A	
Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91 N/A	
Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68 N/A	
Maria Amalia Trevisol Muller - 683.167.129-20 N/A	

Jorge Muller - 518.027.679-91

N/A

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

N/A

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 168.126.648-20

N/A

Eduardo Czenay Guitierrez - 003.623.319-60

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

César Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Administrador

Observação

O Sr. Cesar Gomes Junior também é pai de uma acionista do Grupo de Controle: Gabriela Richter Gomes, conforme detalhamento do Grupo exposto no item 8.1, e esposo da Sra. Maria Isabel Richter Gomes, sócia da Junior Adm de Bens e Part. Soc Ltda, que também é membro do grupo de controle.

Administrador do emissor ou controlada

Maria Amelia Gomes Vieira	024.514.519-20	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
---------------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista membro do grupo de controle

Pessoa relacionada

Daniel Gomes Vieira	507.316.459-87	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
---------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista, membro do grupo de controle

Observação

A Sra Maria Amelia Gomes Vieira também é mãe de outros acionistas que até 29/09/2014 fizeram parte do grupo de controle: Lucia Gomes Vieira Dellagnelo, Maria Cristina Gomes Vieira, Miriam Gomes Vieira de Andrade.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Bastos Gomes	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
Vice Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e acionista membro do grupo de controle.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
Observação			
Franquia Portobello Shop e Locação de Imovel			

Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor**

Eduardo Ramos Gomes

454.713.209-72

Controle

Fornecedor

Acionista membro do grupo de controle

Pessoa Relacionada

Gomes Participações Societárias Ltda

10.723.267/0001-60

Sócio

Observação

Locação Centro Empresarial Office Park

Administrador do Emissor

Eleonora Ramos Gomes

013.808.518-82

Controle

Fornecedor

Acionista membro do grupo de controle

Pessoa Relacionada

Gomes Participações Societárias Ltda

10.723.267/0001-60

Sócia

Observação

Locação Centro Empresarial Office Park

Administrador do Emissor

Cesar Gomes Junior

305.583.019-91

Controle

Fornecedor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Acionista membro do grupo de controle.			
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
Observação			
Locação Centro Empresarial Office Park			

Administrador do Emissor			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
Observação			
Locação Centro Empresarial Office Park			

Administrador do Emissor			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócio			
Observação			
Franquia Portobello Shop			

Administrador do Emissor			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda. Sócia	11.561.432/0003-50		
Observação			
Franquia Portobello Shop e Locação de Imóvel			

Administrador do Emissor			
César Bastos Gomes Presidente do Conselho de Administração	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
Observação			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a XL Seguros Brasil S/A para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões.

12.12 - Outras informações relevantes

Além de seguir as regras para companhias de capital aberto da CVM e atender às regras do Novo Mercado, segmento de listagem mais elevado em Governança Corporativa de BMF&Bovespa a Companhia busca atender os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os profissionais, mantendo alinhamento com a prática de mercado.

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da empresa;

Incentivo de longo prazo (ILP) – remuneração variável de longo prazo atrelada ao crescimento da empresa, objetivando o engajamento e retenção dos profissionais.

ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR – 1 parcela de adiantamento referente ao primeiro semestre e 1 parcela complementar referente ao ano correspondendo a um *target* total de 8 vezes o valor de seus honorários mensais, exceto para o exercício de 2016 em que não houve pagamento;

ILP – Contrato de 5 anos com base em ação referência, com meta de crescimento, correspondendo a um *target* de 8 vezes o valor de seus honorários mensais.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Pesquisa de remuneração e aprovação em Assembleia Geral.

iv) razões que justificam a composição da remuneração

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Indicadores corporativos (LAI – lucro antes de juros e impostos, Capital de Giro) e indicadores individuais.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Definida escala de atingimento dos indicadores, atrelados ao valor de remuneração correspondente (PPR, ILP).

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, dado que não há mais remuneração de administradores na controlada Portobello Shop S/A desde o exercício de 2013.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.318.498,33	3.913.148,87	217.681,98	5.449.329,18
Benefícios direto e indireto	263.699,90	1.924.675,51	43.536,39	2.231.911,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.582.198,23	5.837.824,38	261.218,37	7.681.240,98

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	2,75	13,75
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	2,75	13,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.247.725,00	4.176.449,00	119.822,00	5.543.996,00
Benefícios direto e indireto	0,00	388.041,00	0,00	388.041,00

Participações em comitês	0,00	843.164,18	23.246,72	866.410,90
Outros	249.545,24	0,00	0,00	249.545,24
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.794.799,00	0,00	1.794.799,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	570.567,00	0,00	570.567,00
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações.	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.497.270,24	7.773.020,18	143.068,72	9.413.359,14

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	4,00	3,00	14,67
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.512.032,00	3.605.090,00	129.358,00	5.246.480,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.569.374,00	0,00	1.569.374,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	252.006,00	740.711,00	25.872,00	1.018.589,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 001/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 001/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 001/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.301.000,00	0,00	1.301.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Remuneração variável	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.764.038,00	7.216.175,00	155.230,00	9.135.443,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçado.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de 2019			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2018		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2017			Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2016		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.845	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	3.699	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	1.301	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Opções em Aberto

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2018					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	84.701.526	53,44%	100	-	360	0,24%
Conselho de Administração	47.722	0,03%	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	3	0,00%	300	0,10%	-	-
Total das ações	84.749.251	53,47%	400	0,10%	360	0,24%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Órgão	Diretoria
Número de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.433
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 380,00
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	0,07	7,00	7,67	3,00	2,75	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	0,07	7,00	7,67	3,00	2,75	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.605.838,00	2.790.934,00	1.797.731,00	194.685,00	213.895,00	197.222,00	87.072,00	52.024,99	51.743,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.439.335,00	1.598.965,00	1.049.075,00	194.685,00	213.895,00	197.222,00	87.072,00	52.024,99	51.743,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.800.016,00	1.943.254,00	1.804.044,00	194.685,00	213.895,00	197.222,00	87.072,00	52.024,99	51.743,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que execeram menos de 12 meses na função.</p> <p>3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2017	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que execeram menos de 12 meses na função.</p> <p>3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2016	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que execeram menos de 12 meses na função.</p> <p>3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2018	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que execeram menos de 12 meses na função.</p> <p>3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2017	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que execeram menos de 12 meses na função.</p> <p>3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>

31/12/2016	<p>(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
-------------------	--

Conselho Fiscal

31/12/2018	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2017	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2016	<p>(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta arranjos contratuais apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 642/10, não há membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não se aplica, dado que não houve outro tipo de vínculo que não a função que os administradores ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se aplica, dado que não houve outros valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição da Conta	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2018	2017	2016
Nº de empregados	2.616	2.757	2.763
Atividades Administrativas	114	120	129
Atividades Comerciais	662	751	755
Atividades Industriais	1.840	1.886	1.879
Nº de terceirizados	-	204	135
Atividades Administrativas	-	-	-
Atividades Comerciais	-	-	-
Atividades Industriais	-	199	135
Índice de rotatividade	1,25%	1,20%	0,96%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Em 2018, o índice de rotatividade aumentou influenciado por fatores do mercado.

Em 2017, o índice de rotatividade aumentou influenciado por fatores do mercado.

Em 2016, o índice de rotatividade se manteve em queda, influenciado basicamente por fatores de mercado.

O quadro geral de 2016 se manteve estável em relação a 2015, não havendo fator relevante para sua alteração.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de Salários da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhor qualificados.

Ajustes Salariais:

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, por mérito, devidamente aprovados pela diretoria requisitante (eventualmente);
- Nos crescimentos verticais, por promoção, devidamente documentados, atendendo às exigências da descrição do cargo e exames médicos, em atendimento ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), mediante aprovação da diretoria.

Remuneração Variável:

- É praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, segundo atingimento de metas pré-estabelecidas, conforme orçamento da Companhia;
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados, para o corpo funcional, com base no indicador EBIT (*"earnings before interest and taxes"* ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos) orçado. Para gerentes, coordenadores, executivos de contas e consultores de franquia, *traders*, os indicadores estão descritos seguindo as metas definidas pelo Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). A distribuição se dá a partir de 80% de atingimento do indicador, e varia linearmente com o valor atingido.

b) Política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

- Plano de saúde: a Companhia oferece convênio com a UNIMED, arcando com 50% (cinquenta por cento) do custo do estadual enfermagem, referenciado como básico. Existem ainda outras abrangências e módulos complementares nos quais o funcionário arca com o valor.
- Vale transporte: conforme prevê a legislação, com o diferencial de oferecer linhas de transportes em ônibus fretados, sendo assim, mais cômodo para o funcionário.
- Alimentação: a Companhia disponibiliza o restaurante para todos os funcionários que trabalham em Tijuca, servindo refeições de segunda a sábado. O valor total da refeição é de R\$ 7,28 (sete reais e vinte e oito centavos). A Companhia paga R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 80% do valor, e a parte do funcionário é de R\$ 1,69 (um real e sessenta e nove centavos), que representa 20% do total.
- Vale refeição: a Companhia oferece aos que ficam nas unidades fora da fábrica, com valor facial de R\$ 17,00 (dezesete reais) por dia, também arcando com 80% do valor da refeição.
- Convênio farmácia: a Companhia concede o benefício farmácia, reembolsando os funcionários em 50% (cinquenta por cento), considerando os medicamentos comprados mediante receita médica. Extensivo também aos dependentes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Convênio odontológico: a Companhia oferece dois modelos de plano, pré pago e pós pago, com o custo integral do funcionário.
- Bônus assiduidade: para os funcionários com salário até R\$ 3.010 (três mil e dez reais) e que não tiverem falta ao trabalho a Companhia paga mensalmente R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), a título de vale alimentação.
- Abono de férias: todos os empregados recebem um abono equivalente a R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) pago uma única vez quando do retorno das férias. Este não possui natureza salarial, não se caracteriza como base para contribuições previdenciárias e enquadra-se no disposto no item 7, alínea “e”, § 9º, art. 28 da Lei nº 8.212/91.
- Reembolso creche ou babá: a Companhia paga às mães, nos primeiros 24 meses de vida de seu filho, o correspondente a R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) mensais. Nos meses seguintes até dois anos, o valor passa a R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais). O reembolso é realizado mediante apresentação de recibo.
- Abono para dependente portador de necessidade especial: os empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, física ou mental, recebem um abono mensal a título de indenização por dependente nestas condições, da ordem de R\$ 159,00 (cento e cinquenta reais), quando devidamente reconhecida por atestado expresso de médico especialista na área, assim corroborado por avaliação médica realizada por especialista indicado pela Companhia, quando for necessário.
- Associação de funcionários - ADEC: o funcionário tem a opção de participar da associação pagando 0,91% do salário base e a Companhia, quando for o caso, complementa até R\$ 22,00 (vinte e dois reais) o valor da mensalidade.
- Compra de produtos Portobello: a Companhia facilita a compra de produtos para seus empregados, familiares e amigos, adotando política específica, com descontos de até 30%. O pagamento pode ser parcelado via folha de pagamento.
- Seguro de vida: com apólice de grupo, onde a Companhia subsidia 50% do valor e o funcionário os outros 50%.
- Empréstimos consignados: oferecido conforme previsto pela legislação.
- Mamãe Portobello: a todas as funcionárias mães, no seu oitavo mês de gestação, a Companhia oferece o benefício de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para compra em mercadorias para seu bebê.
- Programa de Participação nos Resultados (PPR): a Companhia tem política com base no EBIT (“*earnings before interest and taxes*” ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos), para todos os funcionários. No nível executivo, além do EBIT tem também o indicador capital de giro. Com pagamento anual.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia mantém ótimo relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que toda a diretoria do sindicato que representa os funcionários da categoria, incluindo a presidência da entidade, é ocupada por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus quarenta anos de operação.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	158.204.577	98,200%	0	0,000%	158.204.577	98,200%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 08/05/2020						
	283.940	1,790%	0	0,000%	283.940	1,800%
TOTAL						
	158.488.517	99,990%	0	0,000%	158.488.517	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	02/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	28.781
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	139
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	82

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	73.786.991	46,560%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	73.786.991	46,050%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

A Companhia decidiu em não publicar o organograma de seus acionistas, dado que as informações já estão expressas nos itens anteriores.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a) Partes

Acionista	Quantidade de Ações Vinculadas	Percentual de Participação no Capital Social da Companhia	Percentual de Participação no Bloco de Controle
Cesar	24.412.019	15,40%	30,78%
Gabriela	1.522.181	0,96%	1,92%
Júnior Ltda.	408.350	0,26%	0,51%
Eleonora	16.500.000	10,41%	20,81%
Eduardo	4.436.332	2,80%	5,59%
Valério	2.952.744	1,86%	3,72%
Carolina	2.393.160	1,51%	3,02%
Marcelo	2.000.000	1,26%	2,52%
PBG	7.281.797	4,59%	9,18%
Maria Amélia	207.800	0,13%	0,26%
Daniel	400.000	0,25%	0,50%
Maria Cristina	401.750	0,25%	0,51%
Lucia	200.000	0,13%	0,25%
Miriam	241.050	0,15%	0,30%
Brennand	2.703.802	1,71%	3,41%
Eduardo Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Carolina Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Gustavo	381.500	0,24%	0,48%
Augusto	4.436.332	2,80%	5,59%
Beatriz	3.070.696	1,94%	3,87%
Lucio	3.070.695	1,94%	3,87%
Neto	1.522.181	0,96%	1,92%
PBC			
Total:	79.305.389	50,04%	100,00%

¹Os acionistas Eleonora, Beatriz, Lucio, Maria Cristina, Lucia, Daniel e Miriam Gomes não vincularam a totalidade das ações por eles detidas.

b) Data de celebração

Celebrado em 15 de abril de 2011, aditado em 29 de setembro de 2014 e consolidado em 09 de dezembro de 2014 e aditado e consolidado novamente em 17 de agosto de 2015, 04 de agosto de 2017 e 18 de fevereiro de 2019.

c) Prazo de vigência

O acordo tem vigor pelo prazo de 30 (trinta) anos, considerando 3 (três) períodos iguais e sucessivos de 10 (dez) anos cada, contados a partir de 1º de janeiro de 2015. Este Acordo poderá ser resiliado ao final do primeiro ou do segundo período de 10 (dez) anos de sua vigência, caso entre os dias 1º de julho e 30 de setembro do ano do término do primeiro ou do segundo período de 10 (dez) anos, Acionistas deliberem,

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

em Reunião Prévia, por meio do voto afirmativo de Acionistas representando, pelo menos, 60% (sessenta por cento), das Ações Vinculadas, extinguir este Acordo ao final do período de 10 (dez) anos então em curso (ou 31 de dezembro do respectivo ano).

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle estão estabelecidas nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

4.2 Exercício do Direito de Voto nas Assembleias de Acionistas da Companhia; Representação do Bloco de Controle. Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia por meio de um representante, ao qual caberá a representação do Bloco de Controle e, por conseguinte, de todos os Acionistas ("Representante do Bloco de Controle"). O Representante do Bloco de Controle fará a interlocução do Bloco de Controle com a Companhia e terá os poderes e direitos estabelecidos neste Acordo.

4.3 Representante do Bloco de Controle. O Representante do Bloco de Controle, que representará o Bloco de Controle perante a Companhia ("Representante do Bloco de Controle") será o Acionista (ou pessoa física por ela indicada) que vier a ser eleito pelos Acionistas, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser substituído a qualquer tempo. O Representante do Bloco de Controle poderá substabelecer a representação do Bloco de Controle nas assembleias de acionistas da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

4.4 Poderes do Representante do Bloco de Controle. Os Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco de Controle o exercício do direito de voto das Ações Vinculadas, ficando o Representante do Bloco de Controle, eleito conforme a Cláusula 4.3, investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar, nas assembleias de acionistas da Companhia, toda e qualquer matéria, ficando ressalvado que, quanto às matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, conforme a Cláusula 7.1, o Representante do Bloco de Controle deverá votar conforme estabelecido em Reunião Prévia, ressalvado, outrossim, o disposto na Cláusula 4.5. Não havendo deliberação de Reunião Prévia que o instrua como votar, o Representante do Bloco de Controle votará no sentido de não deliberar a matéria colocada em votação. O Representante do Bloco de Controle exercerá seu próprio direito de voto da mesma forma como exercer o direito de voto do Bloco de Controle.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 5.1 e 5.2, do acordo de acionistas.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 10 e 11 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

"10. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES VINCULADAS

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

10.1 Restrições à Transferência de Ações Vinculadas. Os Acionistas, neste ato, obrigam-se a não Transferir, seja a que título for, inclusive por meio de uma Transferência Indireta, qualquer de suas Ações Vinculadas, suas Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, salvo conforme especificamente permitido de acordo com esta Cláusula 10 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo.

10.2 Transferências Permitidas de Ações. Somente serão admitidas Transferências de Ações Vinculadas e de Ações da PBC nos seguintes casos e desde que observado o disposto na Cláusula 10.4 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo:

(a) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC em virtude de sucessão mortis causa;

(b) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC (i) entre Acionistas, (ii) entre um Acionista e seu cônjuge, (iii) entre um Acionista e qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, (iv) entre um Acionista pessoa física e uma sociedade Controlada e direta e integralmente detida por tal Acionista ou por seu cônjuge ou qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, ou (v) entre um Acionista pessoa jurídica e seu Controlador, observado o disposto na Cláusula 11.1(g).

(c) Venda de Ações Vinculadas e de Ações da PBC a terceiro que não outro Acionista conforme previsto na Cláusula 10.3, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11;

(d) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme exigido pela Cláusula 10.5;

(e) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme permitido pela Cláusula 12;

(f) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício de Opção de Venda, conforme a Cláusula 13;

(g) Transferência de Ações Vinculadas por meio do exercício do direito de venda forçada (drag along), conforme a Cláusula 14;

(h) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício do direito de venda conjunta (tag along), conforme a Cláusula 15; e

(i) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC aprovada, por escrito, por todos os Acionistas. Para os fins desta letra (i), as Partes reconhecem e concordam expressamente que nenhum Acionista estará obrigado a aprovar qualquer Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC e que os Acionistas terão o direito de impor quaisquer condições à sua aprovação de uma Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC que porventura vierem a rever para os fins desta letra (i), inclusive a sujeição da Transferência ao exercício do direito de preferência previsto na Cláusula 11.

10.3 Vendas Privadas Limitadas de Ações Vinculadas. Os Acionistas que não detiverem Ações Não Vinculadas terão o direito de, a partir de 1º de janeiro de 2015 (ou, caso o Acionista em questão detenha Ações Não Vinculadas, a partir da data em que tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada), Transferir a terceiro que não outro Acionista (conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i)), por meio de venda privada (fora de bolsa de valores), até 10% (dez por cento) de sua Quantidade de Ações Vinculadas de Referência por ano calendário, a partir de 2015, de forma cumulativa, observado o disposto na Cláusula 10.4, o direito de preferência previsto na Cláusula 11 e o quanto segue:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(a) Em conformidade com o disposto na letra (a) da Cláusula 10.4, a venda das Ações Vinculadas deverá ser acompanhada da venda de um mesmo número de Ações da PBC;

(b) Na eventualidade de um Acionista passar a deter Ações Não Vinculadas, em operações futuras de compra, tal Acionista ficará automaticamente impedido de exercer o direito previsto nesta Cláusula 10.3, ficando restabelecido tal direito após tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada; Todavia, o mencionado Acionistas não perderá o direito já acumulado de Transferir a terceiro Ações Vinculadas, relativo ao período pretérito em que não detinha Ações Não Vinculadas; e,

(c) Não será considerado inadimplemento o fato de um Acionista vender parte de suas Ações Vinculadas conforme permitido por esta Cláusula 10.3 e, após tal venda, (i) adquirir qualquer Ação Não Vinculada (caso em que o Acionista terá o seu direito previsto nesta Cláusula 10.3 suspenso, conforme disposto na letra (b) acima), ou (ii) ter a sua respectiva Quantidade de Ações Vinculadas de Referência reduzida em decorrência do exercício por tal Acionista, no mesmo ano calendário, de Opção de Venda, de forma que a quantidade de Ações vendidas por tal Acionista de acordo com esta Cláusula 10.3 no ano calendário em questão passe a ser superior à quantidade de Ações que tal Acionista teria tido direito de vender com base na sua nova Quantidade de Ações Vinculadas de Referência.

10.4 Condições para a Eficácia de Transferências Permitidas de Ações. Toda e qualquer Transferência de Ações Vinculadas ou de Ações da PBC permitida pelo presente Acordo, conforme a Cláusula 10.2, somente poderá ser efetivada se atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

(a) A Transferência de Ações Vinculadas deverá ser necessariamente acompanhada da Transferência de um mesmo número de Ações da PBC, ao mesmo adquirente, não sendo permitida, em hipótese alguma, a Transferência de Ações Vinculadas independentemente da Transferência de Ações da PBC e vice-versa;

(b) A Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC entre Acionistas deverá observar o exercício do disposto na Cláusula 11, de modo a permitir um tratamento isonômico entre os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados");

(c) A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá que o adquirente, se já não for parte deste Acordo, torne-se parte deste Acordo, por meio da celebração de um aditivo a este Acordo ou, na falta deste, de um termo de adesão na forma da minuta constante do Anexo 10.4 do presente, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista alienante, constituindo a adesão a este Acordo condição para a Transferência;

(d) A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá, outrossim, que o adquirente forneça ao Banco Depositário toda a documentação e celebre e adira a todos os contratos necessários ou convenientes para que o Banco Depositário dê cumprimento ao disposto na Cláusula 13;

(e) Além da obrigação de adesão prevista na letra (b) acima, o adquirente de quaisquer Ações Vinculadas e de Ações da PBC deverá cumprir quaisquer exigências previstas no Regulamento do Novo Mercado e na legislação aplicável; e

(f) Todas os demais requisitos exigidos por este Acordo em relação à Transferência, conforme aplicáveis (incluindo, no caso de Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC, por meio de venda privada, conforme permitido pela Cláusula 10.3, a observância do direito de preferência previsto na Cláusula 11),

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

deverão ter sido observados, sob pena de não viabilizar a efetiva transferência e o exercício dos direitos patrimoniais e políticos intrínsecos à titularidade das Ações Vinculadas.

10.5 Transferência Obrigatória de Ações Vinculadas por Não Residentes. *Qualquer Acionista que, no caso de pessoa natural, seja ou se torne não residente no Brasil ou cuja sede, no caso de pessoa jurídica, não esteja situada no Brasil, deverá constituir uma sociedade brasileira, com sede e administração no Brasil, para servir como Acionista em seu lugar, transferindo-lhe a totalidade de suas Ações Vinculadas e de suas Ações da PBC. A sociedade em questão deverá ser Controlada e seu capital deverá ser direta e integralmente detido pelo Acionista e/ou seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, livre e desembaraçado de Ônus. A Transferência das Ações Vinculadas e das Ações da PBC à referida sociedade deverá ser feita de acordo com a Cláusula 10.4 e as demais disposições aplicáveis deste Acordo.*

10.6 Nulidade de Transferências Não Permitidas. *Qualquer Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, ou tentativa de Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, inclusive por meio de Transferência Indireta, em violação às disposições deste Acordo será nula e ineficaz e não será reconhecida nem produzirá efeitos perante os Acionistas, a Companhia ou a PBC, ficando a Companhia, a PBC e a instituição depositária das Ações da Companhia ou das Ações da PBC, conforme o caso, proibidas de registrar a Transferência. O Acionista que houver buscado Transferir Ações Vinculadas, Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC em violação ao disposto neste Acordo de Acionistas, será considerado inadimplente deste Acordo, ficando sujeito a todas as sanções aplicáveis.*

10.7 Descumprimento de Exigências em Caso de Transferência Mortis Causa. *No caso de a Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC se dar mortis causa, a falta de celebração, pelo adquirente, da documentação referida nos itens (b), (c) e (d) da Cláusula 10.4 constituirá inadimplemento ao presente Acordo, porém não prejudicará a continuidade do vínculo do presente Acordo sobre o adquirente e sobre as Ações Transferidas.*

10.8 Transferências de Ações Não Vinculadas. *O presente Acordo não impede a Transferência, por qualquer dos Acionistas, de quaisquer Ações Não Vinculadas, as quais não estão sujeitas a qualquer restrição para sua Transferência.*

11. DIREITO DE PREFERÊNCIA.

11.1 Direito de Preferência em Venda Privada de Ações Vinculadas. *Sem prejuízo de quaisquer outras disposições aplicáveis deste Acordo, no caso de um Acionista desejar vender privadamente a terceiro que não outro Acionista ou a outro Acionista parte de suas Ações Vinculadas e Ações da PBC conforme a Cláusula 10.3, aplicar-se-á o que se segue:*

(a) *O Acionista que desejar vender suas Ações (“Acionista Alienante”) deverá obter do possível adquirente (“Proponente”) proposta firme (“Proposta”) para a compra das respectivas Ações, até a quantidade máxima passível de ser vendida de acordo com o disposto na Cláusula 10.3 (“Ações Ofertadas”), e deverá notificar, por escrito (“Aviso de Venda Privada”), os demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”), oferecendo-lhes as Ações Vinculadas e as Ações PBC objeto da pretendida venda. O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (incluindo, se houver, o respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente (e, se pessoa jurídicas, os seus Controladores), (iii) especificar o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo*

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro, e que deverá ser alocado entre as Ações Vinculadas e as Ações da PBC que compuserem as Ações Ofertadas de forma que o preço atribuído às Ações da PBC corresponda ao seu custo de aquisição pelo Acionista Alienante e o saldo às Ações Vinculadas), (iv) especificar as condições de pagamento e demais condições da Proposta, (v) informar se a venda enseja a aplicação do Direito de Venda Conjunta, conforme a Cláusula 15, e (vi) conter compromisso irrevogável do Proponente de observar o disposto na Cláusula 10.4 em tudo o que lhe couber e de, caso aplicável e exercido o Direito de Venda Conjunta e não exercido o direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1, adquirir todas as Ações Ofertadas e todas as Ações Ofertadas Adicionais.

(b) *Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco de Controle, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.*

(c) *Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1 deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.*

(d) *O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência deverá(ão) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de seu(s) respectivo(s) Percentual(ais) de Participação no Bloco de Controle, excluídos os Percentuais de Participação no Bloco de Controle do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.*

(e) *No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima.*

(f) *Caso o Proponente seja um Acionista, conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i), este Acionista será tratado como um Acionista Ofertado com direito de preferência exercido, independente de sua manifestação formal.*

(g) *No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas e, se for o caso, das Ações Ofertadas Adicionais, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima. Caso a compra e venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 11.1.*

(h) *Na hipótese de ser aplicável o Direito de Venda Conjunta, observar-se-á, também, o disposto na Cláusula 15.”*

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Conforme o item 4.8 e 4.9 do acordo de acionistas, os Representantes exercerão e os Acionistas e o Bloco de Controle farão com que os Representantes exerçam, seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo e em estrita observância das deliberações tomadas nas Reuniões Prévias, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste Acordo e de tais instruções. O presidente da assembleia de acionistas ou o presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computarão qualquer voto proferido com infração ao presente Acordo.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não se aplica, dado que não ocorreram alterações significativas nas participações acionárias dos membros do grupo de controle e administração do emissor.

15.7 - Principais Operações Societárias

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se aplica, dado que não ocorreram operações societárias significativas que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia contrata operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado.

Por este motivo a Companhia não adota regras, políticas ou práticas específicas às transações com partes relacionadas. Ditos contratos são obrigatoriamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/09/2013	15.706.680,45	0	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	As condições padrões de circular de oferta de rede de franquias						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	01/10/2010	6.909.526,16	0	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	As condições padrões de circular de oferta de rede de franquias						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	01/12/2002	42.440.000,00	0	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável. O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral (compensação tributária) do crédito apurado em liquidação de sentença.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Gomes Participações Societárias Ltda	01/01/2011	184.000,00	0	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores						
Objeto contrato	Contrato de Locação Não Residencial - Centro Empresarial Office Park						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	04/01/2012	40.000.000,00	R\$ 100.398.000,00	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladores						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'						
Garantia e seguros	Como o processo de cessão de crédito ainda não transitou em julgado, a cedente deu garantia para a Companhia no montante atualizado de R\$ 93.780.000, a ser executado na eventualidade do crédito fiscal ser glosado em última instância.						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável. O término do contrato opera-se por ocasião da compensação tributária dos créditos cedidos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Os conflitos de interesse são equacionados por meio de interlocução direta com a parte relacionada, ocasião em que a Companhia é intransigente na defesa e salvaguarda de seus legítimos interesses. O eventual insucesso ensejará discussão judicial.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Refinadora Catarinense S/A – Os contratos de créditos tributários celebrados com a parte relacionada Refinadora Catarinense S/A tinham o condão de permitir a cessão de créditos tributários entre empresas do mesmo grupo econômico vigorava a época. Em caso de votações, os acionistas César Gomes Junior, Cesar Bastos Gomes e o Conselheiro Glauco José Corte se abstém de opinião.

As franqueadas: Solução Cerâmica e Comércio Ltda. e Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda., são de propriedade de acionistas do grupo de controle da Companhia, e ambas habilitaram-se a um processo de seleção de franqueados, de forma isonômica e, apenas após a conclusão do processo, foi celebrado o contrato de franquia.

A Companhia aluga uma sala comercial da Gomes Participações Societárias Ltda, onde alguns sócios cotistas fazem parte do grupo de controle da PBG S/A. Os valores envolvidos são baseados nos padrões de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/04/2019	200.000.000,00		158.488.517	0	158.488.517
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/04/2018	0,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2014	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	30.500.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2015	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	23.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	10.434.835,69	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2018	10.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

02/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	02/04/2019	60.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui

17.5 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. Desse modo, o capital social da Companhia é composto exclusivamente de ações ordinárias. Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Política de Negociações de Valores Mobiliários, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e nas formas ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 ("Política de Negociações de Valores Mobiliários) deste Formulário de Referência.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia prevêem que a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 44 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembleia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 43 e seguintes do estatuto social da Companhia.

Artigo 43 - A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Adquirente” - significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente; (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente; (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

“Controle” - (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle Comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“Controle Difuso” – Aplicável especificamente para fins do art. 51 deste Estatuto Social, significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por acionistas que, em conjunto, sejam detentores de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social e que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle Comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle Comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior 30% (trinta por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades; (e) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (f) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“Preço Justo” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente do Controle à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição exigida pelo artigo 44 deste Estatuto Social, o preço de Aquisição na oferta pública de aquisição será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo 43 e o artigo 44, parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

Artigo 44 - Caso qualquer Acionista Adquirente adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da B3 S.A. e os termos deste artigo 44, estando o Acionista Adquirente obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição, dentro dos prazos máximos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º - A oferta pública de aquisição deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3 S.A.; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) o Preço Justo apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição nos termos deste artigo 44 devidamente atualizado pelo IGPM/FGV até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta pública de aquisição; (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública; (v) valor apurado segundo critério específico determinado pela CVM (caso seja editada regulamentação específica pela CVM); (vi) o valor patrimonial constante do último balanço auditado.

Parágrafo 3º - A realização de oferta pública de aquisição mencionada no caput do presente artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - No caso do Acionista Adquirente não cumprir com qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo 44, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 6º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 180 (cento e oitenta) dias contados do evento que foi atingida tal participação; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

Parágrafo 7º - O disposto neste artigo não se aplica aos Acionistas Adquirentes que na data de encerramento da oferta pública de ações sejam detentores de quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que venham a adquirir novas ações da Companhia, seja ou não no exercício do direito de preferência, desde que, após essas novas aquisições, esse Acionista Adquirente não venha a deter uma participação no capital total da Companhia superior à participação por ele detida na data de encerramento da oferta pública de ações.

Parágrafo 8º - Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações.

Parágrafo 9º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta pública de aquisição prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na oferta pública de aquisição que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo 2º deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da oferta pública de aquisição prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 45 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), Grupo de Acionistas Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação, de acordo com o artigo 46 deste Estatuto Social.

Artigo 46 – Os laudos de avaliação previstos neste Estatuto Social deverão ser elaborados por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Parágrafo 2o - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 47 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia deverá ser efetivada pela própria Companhia, caso a mesma possua reservas legais para a aquisição de todas as ações da oferta, observado que os limites de negociação com as próprias ações serão aplicáveis caso a aceitação não atinja 2/3 das ações em circulação.

Artigo 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 S.A. determinar que os valores mobiliários de emissão da Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 S.A. para esse fim, o que for menor.

Artigo 49 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 51 - A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão;

Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Artigo 52 - Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não se aplica, tendo em vista que não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	173.475.449	5,92	5,20	R\$ por Unidade	5,59
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	111.683.694	4,96	4,26	R\$ por Unidade	4,54
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	63.391.359	4,38	3,82	R\$ por Unidade	4,11
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	128.874.282	5,28	4,44	R\$ por Unidade	4,86

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	109.969.095	3,01	2,38	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.038.474	3,47	2,87	R\$ por Unidade	3,14
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	178.264.323	5,71	4,88	R\$ por Unidade	4,02
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	207.946.751	6,12	5,16	R\$ por Unidade	5,59

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.233.351	2,55	2,20	R\$ por Unidade	2,37
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.927.226	2,93	2,48	R\$ por Unidade	2,70
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.868.905	2,55	2,14	R\$ por Unidade	2,35
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.318.952	2,16	1,71	R\$ por Unidade	1,93

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão
Data de emissão	26/11/2015
Data de vencimento	26/11/2022
Quantidade (Unidades)	2.000
Valor total (Reais)	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados, no âmbito da Instrução CVM 476, sendo que as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, resgatar antecipadamente a integralidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, a seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita prévia de 10 dias úteis ("Resgate Antecipado Total"). O Resgate Antecipado Total será feito pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização da respectiva série, conforme o caso, ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração da respectiva série, conforme o caso; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii) um prêmio flat entre 0,75% a 2,00%, calculado sobre o valor total do Resgate Antecipado Total.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações tomadas pelos debenturistas em Assembleia Geral dos Debenturistas de cada Série deverão representar, em regra, no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção da alteração das seguintes matérias relacionadas as Debêntures (i) remuneração, (ii) condições de prazo, (iii) amortização e espécie, (iv) as hipóteses de vencimento antecipado e (v) outros quóruns estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures, que deverão ser aprovados por 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (considerando as debêntures da primeira e segunda série).
Outras características relevantes	Em 29/06/2018 houve o resgate da totalidade da 2ª emissão de debentures da Emissora.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3º Emissão
Data de emissão	27/07/2018
Data de vencimento	27/07/2023
Quantidade (Unidades)	3.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição por Investidor Profissional (conforme abaixo definidos), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações disposta no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, resgatar antecipadamente a (i) integralidade das Debêntures ou (ii) a integralidade das Debêntures de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, a seu exclusivo critério, mediante prévia comunicação escrita com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data do pretendido resgate (“Resgate Antecipado Total”).
Características dos valores mobiliários de dívida	Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados ao resgate da totalidade da 2ª Emissão de debentures da Emissora.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	O Resgate Antecipado Total será feito pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures , conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração , conforme o caso; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii) prêmio em valor equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Resgate Antecipado Total (já incluídos os acréscimos indicados nos incisos (i) e (ii) acima), calculado pro rata temporis pelo prazo remanescente em anos das Debêntures , observado a data de vencimento das Debêntures .

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “PTBL3”.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

A oferta pública de aquisição acima referida também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia; e em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem, ainda, que aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle desta, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) controlador (es) ou grupo de acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 40 do Estatuto Social;

(ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV.

(iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle.

O(s) acionista(s) controlador (es) alienante(s) ou o grupo de acionistas controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle para o acionista adquirente, enquanto este último não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham assinado o Termo de Anuência dos Controladores.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

A oferta pública de aquisição acima referida também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia; e em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem, ainda, que aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle desta, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) controlador (es) ou grupo de acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 40 do Estatuto Social;

(ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV.

(iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle.

O(s) acionista(s) controlador (es) alienante(s) ou o grupo de acionistas controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle para o acionista adquirente, enquanto este último não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham assinado o Termo de Anuência dos Controladores.

Informação complementar ao item 18.5

Outras características relevantes

A Escritura de Emissão apresenta hipóteses de vencimento antecipado, dentre as quais, destacam-se resumidamente: (i) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido por depósito judicial e/ou contestada no prazo legal contra a Companhia e/ou a Fiadora; (ii) não cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Companhia e/ou da Fiadora; (iv) caso a Escritura de Emissão e as Garantias sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou pela Fiadora; (v) caso as Garantias não sejam devidamente constituídas, sejam anuladas, ou de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas; (vi) reorganização societária da Companhia; (vii) alteração do controle da Companhia e/ou da Fiadora; (ix) cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; (x) transformação societária da Companhia; (x) realização de qualquer pagamento de dividendos acima de 50% do valor do lucro líquido da Companhia; (xi) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (xii) redução de capital social da Companhia e/ou da Fiadora; (xiii) se a Escritura de Emissão for declarada inválida, nula ou inexecutável; (xiv) inveracidade das caso quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xv) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (xvi) não

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

cumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia; (xvii) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Fiadora, com valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xviii) decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Companhia e/ou pela Fiadora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) caso a Escritura de Emissão ou as Garantias sejam objeto de questionamento judicial por terceiros; (xx) alteração ou modificação do objeto social da Companhia; (xxi) inadimplemento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior a R\$5.000.000,00, em qualquer acordo ou contrato de que seja parte; (xxii) se a Companhia e/ou a Fiadora alienar ou onerar quaisquer bens de seu ativo de valor correspondente a 10% do valor dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora ou R\$10.000.000,00, o que for menor; (xxiii) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xxiv) caso ocorra qualquer mudança adversa relevante e/ou alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Companhia e/ou da Fiadora; (xxv) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia de propriedade ou posse, de bens cujo valor seja igual ou superior a 10% dos ativos imobilizados da Companhia; (xxvi) descumprimento, pela Companhia, de terminados índices financeiros.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
31/03/2020	31/03/2020 à 31/03/2021	10.000.000,00	Ordinária		0	0,000000	771.100	2,42	R\$ por Unidade	0,001949
			Ordinária		0	0,000000	228.900	2,51	R\$ por Unidade	0,005786
			Ordinária		0	0,000000	69.400	2,54	R\$ por Unidade	0,017542
			Ordinária		0	0,000000	404.900	2,80	R\$ por Unidade	0,102349
			Ordinária		0	0,000000	322.000	2,68	R\$ por Unidade	0,008139
			Ordinária		0	0,000000	349.000	2,80	R\$ por Unidade	0,008821
			Ordinária		0	0,000000	329.300	2,75	R\$ por Unidade	0,083239
			Ordinária		0	0,000000	364.800	2,71	R\$ por Unidade	0,092213
Poderão ser adquiridas até 3.956.043 ações ordinárias, equivalentes, nesta data, a 2,5 % das ações totais emitidas pela Companhia e a 5,0% das ações em circulação da Companhia										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possui.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

A Companhia protocolou em 28 de maio de 2015 pedido de dispensa à CVM para (i) manutenção em tesouraria de ações em quantidade superior a 10% das ações em circulação e (ii) recompra de ações de sua emissão em preço superior ao valor de mercado com o intuito de realizar uma oferta pública de aquisição de ações voluntária ("OPA de Recompra"). O objetivo da OPA de Recompra era realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa de modo a maximizar a geração de valor ao acionista por meio da alocação de capital da empresa, por entender que as ações de sua emissão estavam sub avaliadas, não refletindo o seu efetivo valor.

Em 19 de outubro de 2015, antes do pronunciamento da CVM, a Companhia informou ao mercado, na forma de Fato Relevante, que em razão de condições de mercado adversas, decidiu que não mais realizará a oferta pública de aquisição de ações voluntária dirigida às ações de sua própria emissão.

Em 14 de fevereiro de 2019, a Companhia informou ao mercado na forma do Fato Relevante vem ao público comunicar que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data, aprovou, por unanimidade e sem reservas, a criação de um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("Programa de Recompra de Ações").

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	12/04/2010
Órgão responsável pela aprovação	Assembleia Geral Ordinaria
Cargo e/ou função	Os Diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relação com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorrerem alterações e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico.

É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período de tempo superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:

(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes à:

*Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;
*Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.

(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relação com Investidores.

Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Caberá ao Diretor Vice-Presidente de Operações e de Relação com Investidores, além das atribuições legais e estatutárias inerentes ao cargo, zelar pelo fiel cumprimento destas Políticas, consultando, sempre que julgar necessário, o Presidente da Companhia. Ele deverá obter a adesão formal das pessoas mencionadas acima, mediante a assinatura dos mesmos no Termo de Adesão, os quais, em conjunto com as presentes Políticas deverão ser encaminhados à CVM e as Bolsas de Valores, conforme previsto no Art. 17 da Instrução CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa, entre outras coisas, à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os acionistas controladores, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, ficam obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa Política configura infração grave, sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas Políticas também aplicam-se às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão ainda zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, dêem às mesmas tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das Políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor de Relação com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor de Relação com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de cinco anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor de Relação com Investidores, todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de cinco anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor de Relação com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Cabe ao Diretor Vice-Presidente de Operações e de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.